



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VANESSA BARBOSA MESSINA

**“PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: APROXIMAÇÕES
E DISTANCIAMENTOS ENTRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E
DEMANDAS DE EDUCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE”**

RIO DE JANEIRO

2016

VANESSA BARBOSA MESSINA

**“PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: APROXIMAÇÕES
E DISTANCIAMENTOS ENTRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E
DEMANDAS DE EDUCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Eliane Ribeiro

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

VANESSA BARBOSA MESSINA

**“PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: APROXIMAÇÕES
E DISTANCIAMENTOS ENTRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E
DEMANDAS DE EDUCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE”**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____ / ____ / ____

Prof^a. Dra. Eliane Ribeiro
(orientador)

Prof^a. Dra. Regina Novaes
(membro externo)

Prof^a. Dra. Maria Auxiliadora Delgado Machado
(membro interno)

Para minha querida mãe e meu amado Max

AGRADECIMENTOS

À minha amada **mãe Cleide** e maior incentivadora. Agradeço por me apoiar e estar sempre ao meu lado. Todas as conquistas de minha vida só foram possíveis por causa desse apoio.

Ao meu marido, companheiro e cúmplice, **Max**, agradeço todo o apoio dedicado a mim neste período pela compreensão das ausências e pelo seu amor.

À minha querida prima **Luisa**, pois se não fosse por todo incentivo o projeto do mestrado não teria se realizado.

À minha tia **Leley** que sempre apoiou meus estudos durante toda a minha vida. Agradeço também, a minha tia e madrinha **Rosineide** por sempre acreditar no meu potencial.

À minha querida orientadora **Eliane Ribeiro Andrade** estar comigo nesta jornada, entendendo os momentos delicados e me apoiando.

Aos queridos **Miguel Farah** e **Diógenes Pinheiro** pelos momentos de troca e amizade.

À querida **Mônica Pelegrino** pelas aulas instigantes e pela troca de conhecimento.

À querida **Regina Novaes** e **Maria Auxiliadora Delgado Machado** por terem contribuído de forma tão enriquecedora a esse projeto de pesquisa.

Às minhas queridas **Laine Fonseca** e **Noelia Rodrigues** pelo o apoio e incentivo.

Por fim, ao meu querido pai, **Paulo**, apesar de não estar mais nesse plano, agradeço pelo seu amor que foi minha força nesta jornada.

A juventude é como um espelho retrovisor da sociedade. Mais do que comparar gerações é necessário comparar as sociedades em que vivem os jovens de diferentes gerações. Ou seja, em cada tempo e lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais determinam as vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes. Os jovens do século XXI, que vivem em um mundo que conjuga um acelerado processo de globalização e múltiplas desigualdades sociais, compartilham uma experiência geracional historicamente inédita.”

Regina Novaes

RESUMO

Essa dissertação está inserida na temática de estudos sobre a juventude, educação e políticas públicas. O foco deste estudo é perceber os distanciamentos e aproximações das demandas de educação da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e como elas estão refletidas nas ações governamentais, em especial, no Plano Nacional de Educação. O objetivo desta pesquisa foi analisar como as demandas de educação levantadas pelos jovens estão sendo reverberadas nas ações e propostas do Estado. A metodologia da pesquisa se concentra na análise da relação do conteúdo das propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude com às metas do Plano Nacional de Juventude. Serão utilizadas as seguintes ferramentas metodológicas: análise de banco de dados, como também análise dos aspectos qualitativos por meio dos programas SPSS e Atlas TI. Os resultados mostraram que as demandas geradas na Conferência de Políticas Públicas de Juventude, na sua maioria, se aproximam das metas do PNE, mas em contrapartida foi possível verificar distanciamentos em temas como investimento e universalização que apareceram somente no PNE. Outro ponto de destaque foi a questão da qualidade da educação eleito como mais importante para discussão na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, mas não é mencionado em nenhuma das propostas da Conferência. A idéia foi trazer dados para ampliar o debate sobre políticas públicas de juventude e educação a partir dos espaços institucionais de participação considerando os resultados e efeitos.

PALAVRAS-CHAVES: juventude; conferências; plano nacional de educação; políticas públicas.

ABSTRACT

This dissertation is included in the thematic studies on youth, education and public policy. The focus of this study is to understand the differences and approaches of educational demands of the 2nd National Conference on Youth Public Policies and how they are reflected in government action, especially in the National Education Plan. The goal is to make an analysis that allows an understanding of how education demands raised by the young people are being reverberated in the actions and state proposals. The research methodology focuses on the analysis of the content of the proposals of the 2nd National Conference on Public Policies for Youth with the goals of the National Youth Plan. The following methodological tools will be used: database analysis, as well as analysis of the qualitative aspects through SPSS and Atlas IT programs. The results showed that the demands generated in the Public Policy Youth Conference, mostly approach the PNE goals, but on the other hand it was possible to check distances on issues such as investment and universalization that appeared only in the PNE. Another highlight was the theme quality of education elected as most important for discussion at the 2nd National Conference on Public Policies for Youth, but is not mentioned in any of the proposals of the Conference. The idea was to bring data to broaden the debate on public policies for youth and education from the institutional spaces of participation considering the results and effects.

KEY-WORDS: youth; conferences; national plan for education; public policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma Capítulo 1	18
Figura 1: Fluxograma Capítulo 2	41
Figura 3: Fluxograma Capítulo 3	63
Figura 4: Rede Semântica – Ampliação de Vagas	71
Figura 5: Rede Semântica – Diversidade	73
Figura 6: Rede Semântica – Gestão de Investimento	75
Figura 7: Rede Semântica - Qualidade	76
Figura 8: Rede Semântica - Sistemas Educacionais Inclusivos	78
Figura 9: Rede Semântica – Universalização	80
Figura 10: Rede Semântica - Valorização Profissional	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cor/Raça Por Faixa Etária de 15 a 29 anos	20
Gráfico 2: Participação em Movimentos Sociais	53
Gráfico 3: Quantidade de Participação em Movimentos Sociais Por Jovem	53
Gráfico 4: Principal Questão para a Juventude Brasileira nos Dias de Hoje	59
Gráfico 5: Os Três Problemas Mais Graves do Brasil	60
Gráfico 6: Programa do Governo Mais Importante para Juventude	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantitativo de Jovens por Faixa Etária de 15 a 29 anos	95
Tabela 2: Frequência na Escola	21
Tabela 3: Frequência por Grau de Escolaridade	22
Tabela 4: Forma de Participação	48
Tabela 5: Tipo de Participação	96
Tabela 6: Distribuição do Tipo de Participação por Faixa Etária	49
Tabela 7: Tipo de Participação por Região e Faixa Etária	50
Tabela 8: Distribuição da Forma de Participação e Grau de Escolaridade	51
Tabela 9: Distribuição da Forma de Participação e Classe Social	51
Tabela 10: Tipo de Participação por Cor/Raça e Gênero	52
Tabela 11: Quantidade de Participação e Movimentos Sociais	97
Tabela 12: Tipos de Direitos Prioritários para Políticas Públicas de Juventude	61
Tabela 13: Propostas de Educação Eleitas na 2ª CNPPJ	99
Tabela 14: Metas do Plano Nacional de Educação	101
Tabela 15: Contagem de Palavras dos Textos	98

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Gênero	54
Quadro 2: Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Cor/Raça	55
Quadro 3: Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Região	55
Quadro 4: Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Grau de Escolaridade	56
Quadro 5: ANOVA para Quantidade de Movimentos Sociais por Faixa Etária	56
Quadro 6: Descrição dos elementos do <i>Software Atlas TI</i>	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNPPJ - Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

DTS – Doença Sexualmente Transmissível

EC – Emenda Constitucional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PMAJ – Programa de Ação Mundial para Juventude

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PROEJA – Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROUNI – Programa Universidade para Todos

OIJ – Organização Íbero-Americana de Juventude

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – CENÁRIO SOBRE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NO BRASIL: DADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS.....	18
1.1 Juventude e educação no Brasil - Dados	18
1.2 O jovem como foco das ações do governo	23
1.3 Políticas Públicas de Educação: Uma breve contextualização e a sua relação com o segmento de juventude	26
1.4 O processo de construção das políticas publicas	32
1.5 Demandas juvenis	37
1.5.1 Demandas da Juventude na América Latina	38
CAPÍTULO 2 – A 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E O PERFIL DOS PARTICIPANTES	40
2.1 As conferências como instrumento de diálogo: A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.....	41
2.2 Métodos de Análise	44
2.2.1 Base de Dados	45
2.3 Perfil dos participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	46
2.3.1 Abordagem para análise quantitativa	46
2.3.2 Perfil do participante	48
2.3.2 Participação em movimentos sociais.....	52
2.3.3 Análise Bivariada: Relações entre os tipos de participação, região, cor, movimentos sociais.....	54

2.4 Principais Questões da Conferência referentes à educação - Percepções dos jovens participantes.....	58
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS PROPOSTAS: PNE x 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE	63
3.1 Abordagem para Análise de Dados	64
3.1.1 Análise de conteúdo	64
3.1.2 <i>Grounded Theory</i>	66
3.2 Tratamento de dados através do <i>Software Atlas TI</i>	67
3.3 Análise do resultado	69
3.3.1 Ampliação de vagas	71
3.3.2 Diversidade	73
3.3.3 Gestão do investimento	75
3.3.4 Qualidade.....	76
3.3.5 Sistemas educacionais inclusivos	78
3.3.6 Universalização	80
3.3.7 Valorização profissional	81
3.3.8 <i>Word Cruncher</i> : Recorrências das palavras - Metas do PNE e propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude..	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO A – Tabelas Complementares da Análise Qualitativa.....	95
ANEXO B – Tabela Complementar da Análise Quantitativa.....	98

ANEXO C – Propostas de Educação Eleitas na 2ª CNPPJ.....	99
ANEXO D – Metas do Plano Nacional de Educação.....	101
ANEXO E – Questionário Aplicado na 2ª CNPPJ.....	105
ANEXO F – Lista das Citações por Código Extraída do Atlas TI 7.0	109

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco analisar as aproximações e distanciamentos das demandas de educação que são formuladas em espaços institucionais de participações de educação e juventude, considerando com base as propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e o Plano Nacional de Educação, buscando um melhor entendimento de como as demandas de educação levantadas pelos jovens estão sendo consideradas nas propostas e ações de governo. Buscou-se também compreender quem são e o que pensam os jovens participante da 2ª Conferência e como temas específicos pleiteados pelos jovens no âmbito da educação estão sendo tratados no Plano Nacional de Educação.

O interesse pelo tema surgiu a partir de um trabalho feito na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude em 2011 que despertou um interesse em compreender como as demandas geradas naquele espaço de diálogo estariam sendo recebida pelo governo, ou seja, como o governo estava vendo aquelas demandas e quais ações estavam sendo tomadas para que as mesmas passassem a fazer parte da agenda governamental. Pela grande diversidade de temas da Conferência, optou-se por focar no tema de educação, por ser considerado de maior importância entre os jovens participantes. Portanto, juventude e as ações do governo em relação a educação foi o grande motivador para a realização desta pesquisa.

Segundo Novaes (2003), há a promessa de uma “moratória social” que remete a um período de preparação para vida adulta e formação para o mercado de trabalho, mas para que isso se realize é necessária a ação do governo para assegurar o acesso ao sistema educativo e a outros sistemas alternativos que possam garantir a permanência do jovem na escola, ressaltando que as políticas públicas para esse segmento devem considerar as especificidades da condição juvenil com suas desigualdades e diferenças.

Tanto a 1ª quanto a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foram espaços que privilegiaram não apenas a diversidade juvenil nas áreas mais clássicas como educação e trabalho, mas também outros recortes como crenças, identidades e adesões ideológicas (CASTRO E ABRAMOVAY, 2009, p.11) o que permitiu um grande avanço no campo das políticas públicas de juventude.

No Brasil, as políticas públicas de juventude ganharam maior destaque a partir da Lei 11.129/05 que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Esse marco legal fez com que a participação da juventude na construção de políticas públicas já iniciadas pelo Conselho, evoluísse para as Conferências.

Partindo de um olhar da teoria de políticas públicas, o tema juventude é relativamente novo e as ações governamentais são muito recentes, e isso contribui para que o seu efeito ainda não seja tão tangível. Sabatier (2006, p.3) defende que é necessário um período de 20 a 40 anos para que se possa obter uma compreensão razoável do impacto de determinada política pública e, no caso do segmento juventude, essa consideração nos direciona para um modelo de análise que busque a repercussão das demandas de juventude na agenda governamental.

Considerando essas premissas, o presente estudo tem como problemática central a seguinte questão:

- ✓ Perceber as aproximações e distanciamentos entre as demandas de educação da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as metas do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos (2014-2014).

Para que seja possível pensar sobre essa problemática serão analisadas as vinte metas do PNE e as propostas de educação da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e estes serão os principais objetos de análise.

Durante a 2ª Conferência Nacional de Juventude foi feita uma pesquisa pela Unirio – Universidade do Estado do Rio de Janeiro com os jovens participantes e uma das principais questões foi a educação tanto na parte de qualidade quanto o direito à

educação que, para esses jovens, devem ser priorizados nas políticas públicas de juventude.

Dois pontos de destaques que compõem esse trabalho são a contextualização da educação de jovens no Brasil e o levantamento de dados sobre a juventude e educação que permitiu um embasamento para a construção da análise. Outra questão foi o levantamento dos movimentos juvenis associados à educação.

Para entender quem são os jovens que estão participando da formulação de tais políticas, será feita análise do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ para identificar quem são os jovens que participam desses espaços de diálogo. A ideia de fazer o mapeamento desses perfis se faz necessária para uma melhor compreensão de quem é e o que pensa esse jovem participante.

Será feita uma abordagem sobre o avanço do tema refletindo sobre Estatuto da Juventude que foi instituído pela Lei 12.852 de 2013. As especificações dos direitos já tutelados pela Constituição de 1988 a partir da EC 65/2010 faz com que ele seja um instrumento importante de análise. Ademais, as trajetórias futuras ratificadas pelo avanço em relação ao Plano Nacional de Juventude e também, a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

Para que melhor possamos entender os assuntos abordados, este trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

A proposta do Capítulo 1 foi a produção de um cenário geral sobre a juventude e a educação da juventude no Brasil, ressaltando as demandas e as políticas públicas de educação para se ter um melhor embasamento para a pesquisa. A proposta foi, inicialmente, levantar dados estatísticos sobre juventude e educação no Brasil para proporcionar uma visão quantitativa deste cenário. Aliada à essa visão foram trazidos os movimentos sociais de juventude enfatizando o que tem sido demandado e também, as propostas de governo no âmbito da educação para a juventude.

No Capítulo 2 optou-se por uma análise do perfil dos jovens participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. A ideia central foi mostrar quem são e o que pensam os jovens participantes dessa conferência, reconhecendo as

diversidades dessa juventude organizada que considerou a educação como o principal tema a ser discutido na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

O Capítulo 3 tratou a correlação dos conteúdos das propostas referente a da 2ª Conferência Nacional de Juventude e do Plano Nacional de Educação a partir da ferramenta Atlas T que permitiu a criação de redes semânticas. Com essa ferramenta foi possível verificar a relação a partir de conteúdos chaves que são produzidos nesses espaços de diálogo e que são acolhidos pelo governo. Essa análise nos permite uma maior visibilidade de como as ações reverberam nas propostas de governo.

Com esta pesquisa, espera-se contribuir para uma visão mais detalhada da construção das demandas de juventude em relação à educação a partir dos instrumentos de diálogo e também, como estas demandas estão sendo consideradas na agenda governamental.

Considerações metodológicas

Esta pesquisa tem como objetivo a análise de conteúdo a partir de abordagens qualitativa e quantitativas do Plano Nacional de Juventude e as demandas de educação da 2ª Conferência Nacional de Juventude. O propósito é fazer uma análise de conteúdo a partir da perspectiva de Bardin.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.48).

Cabe ressaltar que Becker (2007) chama atenção para a questão das representações. Segundo o autor, é necessário estar atento às imagens que criamos dos nossos objetos, sejam elas imagens substantivas provenientes da nossa visão do mundo ou científicas que são construídas a partir de configurações conceituais e representações partilhadas pelos grupos que fazemos parte. É necessário ter a

construção de estereótipos e o juízo de valor cientificamente controlado a fim de buscar representações mais adequadas ao objeto.

Na visão de Bardin (2011, p.125), consiste, inicialmente, numa pré-análise com o foco na problemática e elaboração de indicadores. A segunda etapa é a mais complexa porque é o momento de categorizar, classificar e codificar os registros para que sejam tratados. É nesse momento que são definidos os parâmetros que irão refletir os indicadores. A codificação pode estar baseada numa palavra-chave, sentença ou até mesmo parágrafo. Por último, haverá o tratamento dos resultados com a inferência e a interpretação dos mesmos.

Segundo Becker (2005, p.88), quando tratamos da análise do objeto em questão e suas implicações, um dos caminhos identificados para minimizar os impactos das representações é utilizar um mapeamento do processo, ou seja, buscar uma história e a sua descrição em termos de conceitos dos processos pelos quais os eventos ocorreram. O mapeamento do processo não só permite um melhor entendimento da problemática como também, um melhor gerenciamento da análise.

Em relação aos objetos básicos da pesquisa que são o PNE e as propostas de educação da 2ª CNPPJ serão considerados também, as propostas da etapa preparatória da Conferência e o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014. O objetivo de utilizar mais documentos é para uma análise com mais dados e, conseqüentemente, mais assertiva.

Também será feita uma pesquisa de programas e políticas a partir de 2005 relacionadas a educação para mensurar o avanço do tema. A proposta é ter um resultado preliminar desde 2005 com a criação da Lei 11.129/05.

Portanto, um dos pontos da pesquisa é o mapeamento das políticas já concebidas com foco nas demandas de juventude relativas à educação e isso engloba a contextualização e compreensão do processo de construção de políticas públicas de juventude no Brasil. Para isso, consideraremos as indicações de Maria das Graças Rua, que reflete sobre esse tema, buscando evidenciar os elementos e fases da política pública em geral e também, os estados das coisas e as demandas existentes entre a juventude brasileira (RUA, 1998, p.731).

Essa pesquisa contempla também análise de dados tanto quantitativo quanto qualitativo e para isso, foram utilizados os *software* SPSS e Atlas TI com um intuito de analisar tanto o perfil dos jovens participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude quanto verificar a aproximação de temas tratados no espaços institucionais de educação.

Em relação aos resultados esperados da minha pesquisa, há dois pontos básicos:

- 1) A análise das demandas a partir da perspectiva da análise de conteúdo, gerando dados representativos que poderão ser utilizados para um melhor entendimento de como vem sendo constituídas as demandas produzidas pelos jovens para a construção de políticas públicas de educação
- 2) Traçar um diagnóstico das ações governamentais para educação a partir do Plano Nacional de Educação. Entender como o governo está contemplando as demandas dos jovens para compreender a efetividade do processo de conferências verificando as aproximações e distanciamento com a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

CAPÍTULO 1 – CENÁRIO SOBRE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NO BRASIL: DADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS

O objetivo desta etapa foi trazer informações considerando os temas juventude e educação no Brasil. Foram analisados alguns dados da PNAD 2014 para levantar algumas características do perfil da juventude brasileira referente à educação.

Além disso, foi feito um breve levantamento das políticas de educação no Brasil voltadas para a juventude. Considerando a complexidade do tema de construção das políticas pública, foram trazidos alguns conceitos que embasam esse assunto.

Por último, foram elencados alguns pontos sobre as demandas juvenis no Brasil e também, América latina.

A Figura 1 mostra as etapas que foram tratadas neste capítulo.

Figura 1
Fluxograma Capítulo 1



Elaboração da autora

1.1 Juventude e Educação no Brasil - Dados

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a adolescência como um processo fundamentalmente biológico e psíquico abrangendo a pré-adolescência (10 a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Já a UNESCO, em pesquisa publicada no ano de 2004, conceitua juventude como categoria historicamente construída e período específico no ciclo de vida dos sujeitos. A define como: “o período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos, e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e

culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero” (Abramovay et al. 2004, p. 23). Pode ainda ser especificada por pelo menos cinco elementos cruciais: a) a obtenção da condição adulta, como uma meta; b) a emancipação e a autonomia, como trajetória; c) a construção de uma identidade própria, como questão central; d) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e) relações entre jovens para modelar identidades.

Convencionalmente se estabelecem ciclos de 15 a 24 anos ou de 15 a 29 anos para definir a fase da juventude. No Brasil, o decreto lei que estabelece o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude destaca que “À Secretaria Nacional de Juventude, criada na forma da lei, compete, dentre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.” (Lei 11.129/2005).

É sabido que atualmente os países latino-americanos estão diante de um fenômeno chamado “bônus demográfico” da juventude, considerando sujeitos de 15 a 29 anos. Na Argentina, em 2008, os jovens constituíam um quarto da população, ou seja, quase 10 milhões de pessoas. No Chile¹ a população total é estimada em cerca de 16 milhões de habitantes onde os jovens representam 24,3% (cerca de 4 milhões). No Uruguai a população jovem corresponde a 22% do total².

Dados da Projeção Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Revisão 2008) apontam que, em 2007, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia 26,4% da população total. Contingente 45,9% maior do que o visualizado em 1980. Projeções indicam ainda que a partir daí a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, com redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49,5 milhões (Aquino, 2009, p. 29). Contudo, apesar do bônus demográfico e das oportunidades abertas por ele, a juventude brasileira ainda compartilha variadas desigualdades e diferenças, que se manifestam de maneiras diversas. Tal fato exige políticas públicas específicas para lidar com cada questão, principalmente na área de educação.

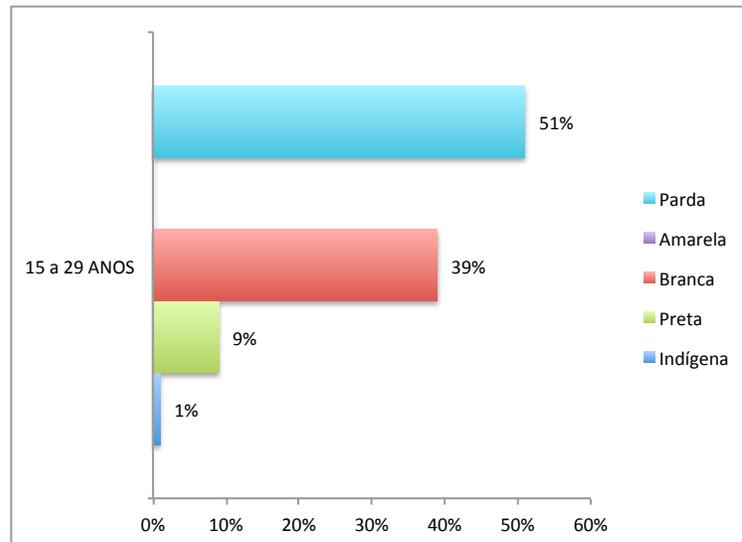
¹ O Chile se posiciona entre os quatro países que tiveram o menor crescimento populacional na América

² Ver Novaes e Ribeiro (2010).

Os dados acima mostram uma visão da juventude e a previsão de crescimento deste segmento populacional, mas serão trabalhados alguns dados da PNAD 2014³ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizada pelo IBGE com objetivo de mostrar dados atuais da juventude e educação no Brasil considerando as variáveis de frequência escolar, cor/raça e grau de escolaridade da faixa etária entre 15 e 29 anos.

O total de jovens respondentes desta pesquisa na faixa etária de 15 a 29 anos é de 88.653 o que corresponde a um percentual de 24,4% da base amostral conforme (Anexo A). Deste total, a maioria é parda com 51%. Em seguida, aparecem os brancos e por último, em termos de números representativos são os negros com 9%. O percentual de indígenas e amarelos não foi representativos e, juntos, totalizaram 1% como podemos verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1
Cor/Raça Por Faixa Etária de 15 a 29 anos



Fonte: PNAD 2014. Elaboração da autora

³ O universo amostral é composto de 151.291 domicílios e 362.627

Conforme podemos observar na Tabela 2, dentre esses respondentes 63% frequentou a escola e 36% ainda frequenta. Outro dado importante é que somente 1% nunca frequentou a escola o que traduz um baixo percentual e isso pode sinalizar que os jovens estão frequentando mais as escolas e isso, pode ser indicado pelas ações e programas de governo tanto sociais quanto educacionais voltados ou não para esse segmento. Vale ressaltar que esses dados não refletem a permanência do jovem na escola e tão pouco a qualidade do ensino. Ainda segundo a pesquisa da PNAD 2014, dos jovens que frequentam a escola, 25% frequentam a escola pública e 11% a escola privada.

Tabela 2
Frequência na Escola

Faixa Etária	% Frequentou	% Frequenta	% Nunca Frequentou
15 a 29 anos	63%	36%	1%

Fonte: PNAD 2014. Tabulação da autora

A partir dos dados da Tabela 3 foi feito um desdobramento para verificar o grau de escolaridade por frequência, ou seja, quem frequenta ou frequentou a escola. É possível observar que 17% representa os jovens que cursam ensino médio seguido de 11% de jovens que cursam o nível superior. Dos Jovens que frequentaram a escola, 35% cursou educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau seguido de 19% que cursou o regular do ensino fundamental ou do 1º grau. Já os que cursaram a graduação foi representado por somente 8%.

Tabela 3
Frequência por Grau de Escolaridade

Tipo de Curso	% Curso que frequenta	% Curso que frequentou
Regular do ensino fundamental ou do 1º grau	6%	19%
Regular do ensino médio ou do 2º grau	17%	35%
Educação de jovens e adultos ou supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1%	0%
Educação de jovens e adultos ou supletivo de ensino médio ou do 2º grau	1%	1%
Superior de graduação	11%	8%
Alfabetização de jovens e adultos	0%	0%
Pré-vestibular	0%	0%
Mestrado ou doutorado	0%	0%
Creche	0%	0%
Classe de alfabetização - CA	0%	0%
Maternal, jardim de infância etc.	0%	0%
Total	36%	63%

Fonte: PNAD 2014. Tabulação da autora

Portanto, os dados apresentados pela PNAD 2014 revelam alguns aspectos das características educacionais da população jovem brasileira. O objetivo foi trazer o cenário de como está configurado, atualmente, o tema juventude e educação a partir de algumas variáveis. Ademais, esse cenário irá corroborar para uma análise comparativa do perfil do jovem participante em espaços de diálogos, como as Conferências de Juventude. Teriam esses jovens participantes as mesmas características levantadas pela PNAD? Esse tema será tratado no Capítulo 2 onde será feita uma análise do perfil do jovem participante da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

1.2 O jovem como foco das ações do governo

A incorporação do tema juventude no contexto de discussão de políticas públicas é relativamente recente no Brasil. Uma série de fatores corroboraram para que esse tema fosse incluído na agenda governamental brasileira, evoluindo para uma abordagem dos jovens como sujeito de direitos.

O surgimento da ideia da juventude como segmento para políticas públicas é também recente. No ambiente internacional dois marcos importantes para o início deste debate foram: 1) a “Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos” no ano de 1965 e 2) a definição do “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz” em 1985⁴, ambas no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU). Assim, a partir de 1985, diversos países passaram a reconhecer os jovens como categoria e iniciaram políticas para atender suas demandas⁵.

No ano de 1991 foi realizado o primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas e em 1995 o “Programa de Ação Mundial para a Juventude até o Ano 2000 e Além” (PMAJ), da ONU, ao qual seguiram instrumentos de compromisso e cooperação internacional⁶.

Diversos acontecimentos foram relevantes para o tema com destaque para o terceiro Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas “Participação da Juventude no Desenvolvimento Humano” onde se construiu o “Plano de Ação de Braga para Juventude”, em 1998 e a aprovação da “Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude” pela Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), em 2005.

Na América Latina, segundo Abad (2002), a evolução das políticas, programas e ações de juventude foi determinada principalmente pelos problemas de exclusão dos jovens. Além disso, também pelos desafios relativos a sua entrada no mundo adulto e a

⁴ Dez anos depois a ONU propôs aos países membros a assinatura do Plano Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ)

⁵ Como indica Clementino (2009)

⁶ Contudo, como indica Silva e Andrade (2009) ainda em 2005, a ONU considerava grande invisibilidade da juventude nas políticas públicas e revelava as condições de precariedade e pobreza de grande parte desse segmento na população mundial.

seus processos de transição.

Para o autor, quatro modelos de políticas de juventude predominaram na América Latina sendo: a ampliação da educação e uso do tempo livre (1950- 1980); o controle social de setores juvenis mobilizados (1970-1985); o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (1985-2000); e a inserção laboral de jovens excluídos (1990-2000).

No Brasil, a construção social da juventude se deu ao longo da história como um período de transição entre a infância e a idade adulta. As propostas do Estado para a juventude vinham ancoradas na ideia de produtividade e de formação para o mercado de trabalho. Exemplo disso foi o Código de Menores do Brasil (criado em 1927 e extinto apenas no final da década de 1970) que marca o início da intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas para a juventude no Brasil. O Código, também conhecido como Código Mello Matos, tinha como preocupação principal o “saneamento social”, a “moralização” e a “ordem” ⁷.

Neste momento, apesar dos demais países da América Latina serem impulsionados pelo empenho das agências internacionais e incluir o tema juventude na pauta de políticas públicas, no Brasil, houve pouca repercussão dessas ações desempenhadas pela ONU (SILVA e ANDRADE, 2009, p. 48), pois, esse tema era pouco relevante e não tinham ações específicas para esse segmento, fazendo com que não houvesse um avanço nas políticas públicas de juventude.

Nos anos 1980, as orientações defendidas pelos movimentos favoráveis aos direitos da infância se voltaram para a superação da concepção restritiva do que é ser criança e adolescente, e influenciaram decididamente a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁸. Tal Estatuto trouxe uma nova forma de conceber juridicamente, institucionalmente e socialmente este segmento.

Por outro lado, como problematiza Abramovay et al. (2004), nem o ECA e nem a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dois marcos importantes da legislação brasileira, tratam especificamente do jovem. Da mesma forma, na década de 1990, o

⁷ Como indica Cruz, Moreira e Sucena (2001)

⁸ Como indica Sposito e Carrano (2003)

conjunto de programas e projetos que atingiam a juventude não constituíam uma verdadeira política pública que tivesse o jovem como segmento chave⁹.

A partir dos anos 2000, com a ação de diferentes atores do movimento social e político no Brasil, variadas iniciativas foram realizadas para consolidar a perspectiva da juventude como segmento de políticas públicas. Tal objetivo se materializou após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) através da formulação de uma política nacional de juventude com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), em 2005.

Também podemos destacar no âmbito das políticas públicas de juventude que é possível classificar as políticas públicas de juventude (PPJs) como: universais (políticas setoriais dirigidas a toda a população, inclusive aos jovens); atrativas (políticas não dirigidas apenas aos jovens, mas que têm especial incidência sobre eles) e; exclusivas (voltadas apenas para uma faixa etária predefinida entre 15 e 29 anos)¹⁰.

Abramovay et al. (2004) destacam que é fundamental desenhar políticas que permitam e estimulem a participação das novas gerações nos processos de mudanças e na elaboração de programas. Dessa forma, segundo os autores, são critérios constitutivos de uma perspectiva generacional-juvenil em políticas públicas de juventudes:

- Ver os jovens a partir de uma perspectiva dupla: como destinatário dos serviços e como atores estratégicos do desenvolvimento;
- Funcionar com base em um autêntico e amplo ajuste de esforços entre todas as instituições envolvidas;
- Sustentar-se no fortalecimento das redes institucionais existentes e/ou criando outras em esferas onde elas não existam;
- Funcionar com base na descentralização territorial e institucional;
- Responder à heterogeneidade dos grupos juvenis existentes, focalizando ações diferenciadas;

⁹ Ver Rua (1998).

¹⁰ Ver, entre outros, Novaes (2009).

- Promover a participação mais ampla e ativa dos jovens em seu desenho, implementação e avaliação efetiva;
- Contar com uma perspectiva de gênero, oferecendo oportunidades e possibilidades iguais a homens e mulheres, e uma perspectiva contrária a discriminações e desigualdades étnico-raciais;
- Realizar um esforço deliberado para sensibilizar os tomadores de decisões e a opinião pública em geral;
- Desenvolver esforços para aprender coletivamente com o trabalho de todos;
- Ser definida, com precisão e em consenso, compreendendo a efetiva distribuição de papéis e funções entre os diversos atores institucionais.

Da mesma forma seria preciso superar os tradicionais paradigmas com os quais se trabalhou políticas públicas de juventude no século XX. Para tal superação seria necessário a articulação de quatro “vetores estratégicos”: o empoderamento dos jovens; o desenvolvimento de enfoques integrados; a expansão de uma gestão moderna; e a adoção, no conjunto das políticas públicas, de uma perspectiva geracional-juvenil (Abramovay et al. 2004, p. 19).

1.3 Políticas Públicas de Educação: Uma breve contextualização e a sua relação com o segmento de juventude.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases juntamente com a implementação de planos educacionais, na década de 1960, representaram um marco na educação brasileira, apesar da Constituição de 1946 ter delegado a União da elaboração da LDB.¹¹

A Lei nº 4014 que configurou a primeira LDB entrou em vigor em 1962. Ela previa a elaboração do Plano Nacional de Educação que ficou sob a responsabilidade de Anísio de Teixeira que trouxe um sentido mais filosófico-humanista ao plano indo contra

11 Como indica Fonseca (2009)

os direcionamentos políticos defendidos pelo governo daquele período conforme Marília Fonseca nos mostra:

O governo democrático de Kubitschek, eleito para o período 1956-1961, deflagrou uma política de desenvolvimento sistematizada no chamado programa de metas. A educação foi incorporada ao programa com o propósito de preparar pessoal técnico para a implantação das indústrias de base (FONSECA, p. 157, 2009).

Apesar de muitos questionamentos e discussões, o Plano Nacional de Educação não perdeu o enfoque da educação para o desenvolvimento, ou seja, ensino voltado para a formação de mão-de-obra técnica visando a integração da educação ao desenvolvimento econômico. (FONSECA, p. 159, 2009). Isso se justificou porque, nesse período, o governo havia aderido aos compromissos de conferência internacionais como as realizadas no Uruguai e Chile. Essas conferências foram patrocinadas por agências internacionais que tinham o foco na educação para o progresso da nação.¹²

Após o golpe de 1964, o governo militar manteve o direcionamento para uma educação voltada para o desenvolvimento do país. Houve a implementação de uma reforma administrativa no governo que acabou por atingir todos os ministérios inclusive, o Ministério da Educação e, as agências internacionais continuaram a desenvolver projetos em parceria com o Ministério. Saviani retrata os pontos que abarcaram a política de educação a partir dessa reforma:

ênfase nos elementos dispostos pela "teoria do capital humano"; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos

¹² Referente ao Programa Aliança para o Progresso surgiu no período da Guerra Fria, conduzido pelos Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de "generosidade" econômica e estratégica (AVILA DE MATOS, 2008)

pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais (SAVIANI, 2008).

O foco no ensino para desenvolvimento perdurou durante todo o governo no período militar. As agências internacionais se consolidaram ainda mais através de projetos que atendiam a população menos favorecida.

Apesar de o período de transição militar para o civil trazer questionamentos sobre a qualidade da educação no que tange ao acesso ao ensino superior, o modelo de educação voltada para a formação de capital humano para o mercado ainda permaneceu forte. Durante esse período, o ensino privado se fortaleceu e acabou sendo a “ponte” para os que almejavam o ensino superior, segregando a qualidade do ensino e excluindo dos planos e políticas educacionais um ensino mais filosófico-humanista. Saviani, nos traz essa crítica a partir da citação abaixo:

A persistência do legado educacional da ditadura militar resulta compreensível, tendo em vista os problemas e ambiguidades da transição democrática em nosso país. A transição que se operou no Brasil teve início com a "distensão lenta, gradual e segura" formulada em 1974 no governo Geisel; e prosseguiu com a "abertura democrática" a partir de 1979 no governo Figueiredo, desembocando na "Nova República", em 1985, que guindou à posição de Presidente da República o ex-presidente do partido de sustentação do regime militar. A "transição democrática" se fez, pois, segundo a estratégia da conciliação pelo alto, visando a garantir a continuidade da ordem socioeconômica. Essa continuidade foi ainda reforçada, a partir do início da década de 1990, pela situação internacional que trouxe à tona uma onda neoconservadora guiada pela primazia do mercado sob o comando do grande capital financeiro. Nessas condições, não é difícil entender os constantes apelos para um maior estreitamento dos vínculos entre educação e mercado, a valorização da iniciativa privada com a consequente ênfase na adoção de mecanismos empresariais na gestão do ensino, assim como as pressões sobre a pós-graduação guiadas pela exigência de produtividade (SAVIANI, 2008).

Nos meados da década de 1980 foi possível verificar uma certa mobilização por parte da sociedade, principalmente, por conta da Constituinte de 1988. Havia uma particularidade nesta década, conforme Saviani, em busca de teorias que não apenas se constituíssem como alternativas à pedagogia oficial, mas que a ela se contrapusessem (SAVIANI, p. 401, 2011).

A década de 1990 foi caracterizada por uma considerável reestruturação no sistema mundial, em parte pela grande revolução tecnológica. Na América Latina houve grande influência do Consenso de Washington que ocorrera em 1989 e tinha como características programas rigorosos de equilíbrio fiscal, políticas monetárias rígidas, privatização dos mercados e abertura comercial (SAVIANI, 2011, p. 430).

As políticas educacionais ainda mantiveram o foco no processo produtivo e também, de desenvolvimento do país, mas conforme Gentili:

A teoria do capital humano assumiu um novo sentido. O significado anterior estava pautado numa lógica econômica centrada em demandas coletivas, tais como o crescimento econômico do país, a riqueza social, a competitividade das empresas e o incremento dos rendimentos dos trabalhadores. O significado que veio prevalecer na década de 1990 deriva de uma lógica voltada para a satisfação de interesses privados, “guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir o mercado educacional para atingir uma melhor posição de trabalho (2002, p. 51)

Conforme Saviani, o indivíduo terá que exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho (2011, p. 430)

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 à 2001) houve uma nova reforma de estado que afetou a educação no que tange à sua qualidade. Foram consideradas a qualidade da educação a partir da revisão curricular e avaliações externas visando a qualidade (FONSECA, 2009, p. 169).

Quando olhamos as políticas e programas de educação podemos perceber que, alguns deles contém jovens compreendidos na faixa etária de 15 à 29 anos, mas na sua maioria não estão direcionados somente para esse público. Muitos programas envolvem crianças, adolescentes ou jovens e adultos.

Conforme Sposito e Carrano, no período de 1995 à 2002 foram identificados 33 programas, no âmbito federal, relacionados à juventude, mas em sua totalidade não estavam focados no segmento jovem. Somente 18 programas tinham jovem como foco de suas ações, os demais programas contemplavam também, crianças e adultos.

Dentre esses programas, apenas dois eram voltados para educação. Os programas em destaque eram:

- Programa de Estudantes em Convênio de Graduação (PEC-G): Foco no cidadão estrangeiro entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo. O objetivo era o aluno retornar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.
- Projeto Escola Jovem: O objetivo era oferta e ampliação de vaga para ensino médio. Iniciado em 2001.

Neste período, ainda estavam por se constituir conselhos e fóruns que canalizassem a interlocução de jovens e demais atores com o estado na direção da definição de política e da implementação de pautas ampliadas de garantia dos direitos universais.

Apesar de o governo criar programas educacionais que consideravam também, os jovens, tais programas ainda tinham o foco na capacitação para o mercado de trabalho, mas era um mercado sem oportunidades, pois esse era um período de recessão causado pela crise do mundo do trabalho (SPOSITO E CARRANO, 2003).

As políticas desse período se configuraram sem a existência de um desenho institucional mínimo que assegure algum tipo de unidade e descontextualizada do modelo de desenvolvimento ao qual o jovem está inserido.

O governo de 2003 à 2007, conforme Fonseca, adotou a justiça social a partir de políticas sociais (2009, p. 171). Neste período foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação com o objetivo de melhorar a qualidade da mesma.

Ainda nesse período, conforme mencionado anteriormente, houve um movimento do governo com foco em ações para a juventude, pois é um período marcado pelo reconhecimento do jovem não apenas como sujeito receptor das políticas públicas, mas que ele pode / deve participar da construção das políticas públicas, modificando assim o paradigma do fazer políticas públicas “De/Para/Com” as Juventudes. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2003). Podemos listar alguns ações do governo na área de educação voltados para a juventude:

- Programa Brasil Alfabetizado: O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo promover a alfabetização dos brasileiros com mais de

15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar. Iniciado em 2003.

- Programa Escola Aberta: O Programa surgiu a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e a UNESCO, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, promover a inclusão social e a construção de uma cultura de paz a partir da relação entre escola e comunidade.
- Programa Escola de Fábrica: O Programa tem como finalidade estimular o ingresso e a permanência dos jovens na educação básica regular e envolver o setor produtivo na formação desses jovens, aliando responsabilidade social à necessidade da indústria de contar com trabalhadores qualificados. Iniciado em 2005.
- Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA): Tem objetivo de ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular. Destina-se a jovens e adultos, com idade mínima de 21 anos. Iniciado em 2005.
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM): Tem o objetivo de colaborar com a formação de jovens de baixa renda. Este programa federal é uma extensão da Política Nacional de Juventude voltada aos jovens de diferentes perfis e se divide em quatro modalidades, sendo cada modalidade gerida por um órgão federal diverso.
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): O Programa assegura a distribuição de livros para os alunos de escolas públicas das três séries do ensino médio de todo o país. Iniciado em 2004.
- Programa Universidade Para Todos (PROUNI): O ProUni concede bolsas de estudo integrais e parciais, em instituições de ensino superior privado, para estudantes de baixa renda e professores da rede pública que não têm formação superior.

- Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA): O Programa prevê a distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras, visando à alfabetização e escolarização de pessoas com idade a partir de 15 anos. Iniciado em 2007.

1.4 O processo de construção das políticas públicas

Para uma melhor compreensão dessa dinâmica faz-se necessário trazer um pouco do conceito dessa disciplina de políticas públicas. Há várias vertentes que definem as políticas públicas que explicam o seu processo de construção que, de uma maneira geral, está embasado numa dinâmica que apresenta um certo grau de complexidade, pois envolve a relação de governo com a sociedades e seus interesses.

As políticas públicas são frutos das sociedades modernas. Tais sociedades, têm como principal característica a diferenciação social, o que faz com que seus membros não só possuam atributos diferenciados como também ideias, valores e interesses diferentes. Esses atributos acabam por tornar a vida em sociedade mais complexa, através de distintos padrões de comportamento, como interação, competição e conflito RUA, [s.d]).

Para administrar os conflitos e manter o bem-estar coletivo, o Estado pode se apropriar de dois meios: a coerção e a política. A coerção se dá através da punição e repressão para administrar o conflito. A política é a força exercida pelo Estado para fazer valer o direito e, por isso, as sociedades recorrem a ela para construir consenso ou controlar conflito (RUA, [s.d]).

Para RUA, toda política pública deve apresentar as seguintes características: ser intencional, com objetivos a serem cumpridos; distinguir o que o governo precisa fazer e o que de fato, faz; ter etapas subsequentes após sua decisão (tais como implementação, execução e avaliação); envolver vários atores e decisões, mas ser

materializada através dos governos; não se restringir a participantes formais; ser abrangente e não se limitar a leis e regras; ocorrer no longo prazo (RUA, [s.d.]).

Ainda segundo a autora (2009),

As políticas públicas (*policies*) ocorrem num ambiente tenso e de alta densidade políticas (*politics*), marcados por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entres o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia (p. 36).

O estudo das políticas públicas compõe um universo bastante complexo, onde diferentes autores defendem perspectivas diversas. Muitas abordagens têm sido consideradas, com a finalidade de explicar mais claramente como ‘funciona o processo de construção dessas políticas. Contudo, várias teorias defendem pontos de vista irreconciliáveis, o que acaba tornando o tema ainda mais complexo.

Há uma gama de vertentes analíticas e teorias no estudo das políticas públicas que enfatizam tanto o seu conceito, quanto o seu processo de construção. Para essa análise será utilizada a teoria de John Kingdon com foco no processo de formação de agenda. É mister ressaltar que o processo de inclusão de um determinado tema na agenda governamental é complexo, pois se traduz numa relação de embates, diálogos, tensões e coalizões de grupos de interesses.

A abordagem de Kingdon traz o conceito de dois tipos de agenda: a agenda governamental e a agenda decisional. Ele define a agenda governamental como um conjunto de assuntos sobre os quais o governo e pessoas ligadas à ele, concentram sua atenção num determinado momento (CAPELLA, p. 26, 2003). Além disso, somente quando desperta a atenção dos formuladores de política é que uma demanda entra na agenda governamental. Já agenda decisional, contempla as questões prontas para uma ação por parte dos formuladores de política, isto é, prestes a se tornarem políticas. Devido ao alto volume de questões que são direcionadas aos formuladores de políticas, nem todas são consideradas na agenda decisional.

O modelo de Múltiplos Fluxos apresenta que para uma questão sair da agenda governamental e passar para agenda decisional, ou seja, ter a efetiva ação do governo,

é necessária a convergência de, ao menos, dois dos três fluxos a seguir: problemas, solução de alternativas e política.

O fluxo de problemas busca analisar quando uma questão é reconhecida como problema e passa a fazer parte da agenda governamental. Parte do princípio que os problemas são construções sociais e políticas, compostas por diversos atores e que envolve a interpretação dos formuladores de políticas. Além disso, o processo de construção do problema ocorre através de três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crises e símbolos; *feedback*.¹³

A solução de alternativas pode ser definida como um amplo conjunto de proposta para solucionar problemas políticos. Kingdon faz uma analogia com o processo de seleção natural conforme descreve Capella,

o autor entende que as ideias a respeito de solução são geradas através de comunidades (especialistas, pesquisadores, ONG's, grupos de interesse, etc.) e flutuam através de um "caldo primitivo das políticas". Neste caldo, algumas ideias sobrevivem intactas, outras se confrontam e se combinam em novas propostas (p. 27, 2006).

Esse fluxo traz como característica a persuasão e não exerce uma influência direta sobre a agenda, pois ele não é decisivo para a inclusão de um problema na agenda governamental, mas é indispensável para que uma questão faça parte da agenda decisional.

Por último, o fluxo da política, que segue a sua própria dinâmica independente do reconhecimento do problema e tem como base a barganha e negociação com o intuito de influenciar para que um problema faça parte da agenda governamental. Kingdon descreve três elementos que influenciam esse fluxo. O primeiro é o clima ou humor nacional que está relacionado a uma situação onde as pessoas compartilham as mesmas questões por um determinado tempo. Pode ser ilustrada como manifestações de movimentos sociais, eleições dentre outros.

¹³ Os indicadores são as medidas de determinados eventos ou fenômenos, tais como as taxas de natalidade, desemprego, etc. Os eventos, crises e símbolos são as calamidades. Por fim, o *feedback* é o monitoramento das ações governamentais.

O segundo elemento são as forças políticas exercidas pelo grupos de pressão, este mostra os conflitos e consensos entre os atores e sinaliza aos formuladores de política se determinada como está o ambiente em relação a questão, permitindo que eles analisem o custo político de determinada ação.

O último elemento é a mudança de governo que está relacionado com toda a alteração da estrutura interna, administração e pessoal de um governo, podendo acarretar a mudança na agenda.

O modelo de Kingdon traz também, uma abordagem para a mudança na agenda que pode ocorrer quando os três fluxos são unidos (*coupling*), ou seja, quando um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento favorável para mudança (CAPELLA, p. 30, 2006).

Esse processo é chamado de janela de oportunidade (*policy windows*) e permite que uma nova questão ou mudança aconteça na agenda governamental influenciada por situações oriundas do fluxo político ou de soluções de alternativas através de indicadores ou pela mudança no clima nacional. Tem caráter transitório e, portanto, a ação deve ser feita quando as janelas estão abertas.

Os empreendedores de política (*policy entrepreneurs*) têm atuação fundamental para influenciar a mudança na agenda através das janelas de oportunidades e, geralmente, são especialistas em determinadas questões com a habilidade de representar ideias e podem estar ligado ao governo, grupo de interesses ou comunidade acadêmica. Além disso, se configuram como elo entre as alternativas de solução e os problemas políticos.

Rua descreve bem o impacto que a atuação dos empreendedores de política tem no processo de mudança de agenda:

Se os empreendedores de política não estiverem presentes e atuantes no momento oportuno, os momentos políticos favoráveis (*policy windows*) à inserção de um problema na agenda passam, o problema e as propostas de solução não se encontram, a eventual mobilização em torno da agenda se dilui e o foco do interesse dos tomadores de decisão se desloca para outras direções (RUA [s.d.]).

No cenário de formação da agenda, Kingdon declara que alguns atores exercem maior influência na agenda governamental e outros, no fluxo de solução de alternativa. Isso se caracteriza através da topologia que diferencia os atores, classificando como visíveis ou invisíveis. Os atores visíveis são aqueles que têm maior atenção do público e da imprensa, compreendendo o Presidente da República, parlamentares, ministros, movimentos sociais e estes influenciam a agenda governamental. Já os atores invisíveis, com influência no fluxo de solução, podem ser os acadêmicos, assessores, burocratas, consultores, dentre outros.

Os atores podem ser definidos como aqueles cujo interesse é afetado negativa ou positivamente. Podem ser classificados como governamentais e não-governamentais. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário compreendem os atores governamentais. O Executivo é o principal locus de formulação e gestão de políticas públicas e o Legislativo atua na análise, legitimação e fiscalização das mesmas. Os atores não-governamentais são as organizações da sociedade civil (ONGs, entidades de classe, sindicatos, associações e grupos de interesses) e os organismos internacionais.

Ao voltar o olhar para as políticas públicas de juventude, a partir dos anos 2000 com a ação de diferentes atores do movimento social e político no Brasil, várias iniciativas foram realizadas para consolidar a perspectiva de juventude como segmento de políticas públicas. A mudança de governo se configurou como um elemento que permitiu uma alteração na agenda de políticas públicas que, anteriormente, não tinha esse foco.

Essa situação pode ser contextualizada a partir do fluxo político de Kingdon, onde a mudança de governo pode exercer grande influência na agenda governamental, pelo fato de desencadear e potencializar a entrada ou bloqueio de novos itens e também, poderem restringir a permanência de outras questões (CAPELLA, p. 29, 2006).

Conforme analisa Aquino, as mobilizações políticas contribuíram para formulação de políticas específicas para a juventude através de espaços para a participação e influência direta dos jovens. A partir do diálogo desses grupos com o governo, começou

a ser construída uma agenda que não abrangesse somente a situação de vulnerabilidade e risco social, mas que também oferecesse oportunidades de experimentação e inserção social (p. 36, 2009).

1.5 Demandas juvenis

As demandas juvenis sempre existiram na sociedade. Sua identificação, contudo, está ligada a um contexto histórico mais recente.

Mannheim (1973) destaca que as formas próprias e variadas que os jovens encontram para se expressar e participar de algo são extremamente relevantes, permitindo assim caracterizar cada geração. Rua (1998), refletindo sobre as demandas e os suportes de apoio (*inputs e withinputs*)¹⁴ ressalta que as demandas podem ser caracterizadas como reivindicações de bens e serviços, ou mesmo de participação no sistema político. Já os suportes nem sempre estão diretamente vinculados a cada demanda ou política específica pois são, na maioria das vezes, direcionados ao sistema político ou à classe governante. A autora indica ainda que existem, basicamente, três tipos de demandas: as demandas novas, as recorrentes e as reprimidas. Quando estas se acumulam e o sistema não consegue encaminhar soluções aceitáveis, ocorre uma crise que ameaça a estabilidade do sistema, ou seja, uma “sobrecarga de demandas”.

Vários exemplos da história podem ser citados: os movimentos independentistas no Brasil, com destaque para a Inconfidência Mineira, influenciada principalmente por estudantes brasileiros matriculados na Europa na segunda metade do século XVIII; a Revolução Russa em 1917; a campanha “O Petróleo é Nosso” em 1948 que resultou na criação da Petrobrás; o maio de 1968 na França; a campanha pelo voto aos 16 anos na Constituinte de 1988; o “Movimento dos Caras Pintadas” em 1992 que resultou no impeachment do então presidente do Brasil; a “Revolta do Buzú”, dos estudantes

¹⁴ Segundo a autora, as políticas públicas resultam do processamento dos inputs originados do meio ambiente e de demandas originadas no interior do próprio sistema político (*withinputs*). Para mais sobre o tema ver Rua (1998).

secundaristas em Salvador, 2003; as mobilizações estudantis no Chile em 2006; e mais recentemente o movimento *Occupy*, iniciado em 2011, no coração financeiro norte-americano.

As demandas juvenis não estão desconectadas de outros grupos e movimentos sociais. De forma geral, articulam questões estruturais de distribuição e acesso, com a necessidade de reconhecimento do que é específico dessa geração juvenil e, por conseguinte, implicam incremento da participação de jovens.

1.5.1 Demandas da Juventude na América Latina

Em pesquisa realizada no Brasil¹⁵ em conjunto com uma rede de entidades da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, Novaes e Ribeiro (2010) apresentam aspectos das demandas da juventude sul-americana. A pesquisa contou com intercâmbios entre pesquisadores, discussões no espaço acadêmico, grupos de diálogo entre jovens, e procurou respostas para diferentes questões relativas à juventude.

Para as autoras, as juventudes destes seis países sul-americanos se constituem “no espelho retrovisor” das sociedades em que vivem. Este espelho, que reflete marcas conservadoras, incoerências e continuas transformações culturais, revela que falar sobre estas juventudes é falar sobre processos sociais em curso nestes países. As percepções da maioria destes jovens sobre os atuais problemas que afetam suas vidas, guardam significativas semelhanças com a agenda pública que vem sendo construída por grupos, movimentos e redes que se manifestam hoje em “minorias juvenis ativas”.

Em estudo sobre dezenove situações-tipo distribuídas nos países envolvidos no projeto, chegou-se a nove demandas da juventude que podem favorecer a construção de uma agenda comum sul-americana. As autoras consideram que embora os jovens participantes de ações coletivas sejam minorias estatísticas com relação ao conjunto da juventude, suas motivações guardam continuidades com os problemas e as

¹⁵ Pesquisa realizada pelo Ibase em parceria com o Instituto Pólis e com apoio do International Development Research Center (IDRC).

necessidades de sua geração. As demandas, “causas”, “reivindicações” ou “bandeiras de luta” apresentadas pelos jovens foram:

- 1) Educação com qualidade (acesso e continuidade na trajetória escolar)
- 2) Oportunidades de trabalho digno e criativo
- 3) Acesso aos bens culturais e condições para produção artística juvenil
- 4) Segurança (com respeito aos direitos humanos e valorização da diversidade juvenil)
- 5) Cuidado com o meio ambiente para garantir qualidade de vida juvenil no campo e nas cidades
- 6) Gratuidade no transporte público para jovens (nas cidades, entre o campo e a cidade)
- 7) Saúde (acesso a serviços de saúde que levem em conta a atual condição juvenil contemplando direitos reprodutivos; prevenção de DSTs/Aids; programas e ações de redução de danos)
- 8) Moradia (acesso a crédito específico para habitação juvenil, no campo e na cidade, favorecendo sua emancipação)
- 9) Consolidação de canais que garantam a participação de grupos, redes e movimentos de jovens na elaboração, avaliação e acompanhamento de programas e ações públicas voltadas para a juventude.

CAPÍTULO 2 - A 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E O PERFIL DOS PARTICIPANTES

A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude contou a participação de diferentes atores sociais, o que permitiu uma discussão mais rica e intensa no que tange a construção de políticas públicas para esse segmento e também, um diálogo mais próximo entre governo e juventude.

O objetivo desta etapa foi trazer características do perfil do jovem participante da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, ou seja, quem são e o que pensam esses jovens que trazem uma grande diversidade e que são mobilizados para esse tipo de participação. As características que envolvem o perfil desses jovens estariam alinhadas com a população jovem brasileira? Além do perfil dos participantes, esse capítulo mostra também informações sobre a 1ª e 2ª Conferência de Juventude no que tange a seus objetivos e propostas.

Durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e UNIRIO foi feita uma pesquisa de perfil e opinião dos jovens participante. Foram aplicados 1491 questionários com perguntas que consideravam o perfil sociodemográfico, sócio econômico, cultural, familiar, além de questões relativas à participação (RIBEIRO e SOUZA, P. 145, 2014)

No total, foram respondidos 1209 questionários que foram analisados para o levantamento do perfil dos participantes e também, foram consideradas questões acerca do tema educação a partir da percepção destes jovens.

Para o levantamento do perfil do jovem participante da conferência, foi utilizado *software* SPSS que auxilia na análise quantitativa dos dados da pesquisa aplicada durante a conferência.

Portanto, este capítulo trata dos seguintes assuntos conforme o fluxo descrito na figura:

Figura 2
Fluxograma Capítulo 2



Elaboração da autora

2.1 As conferências como instrumento de diálogo: A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

A democracia brasileira vem passando por um momento de amadurecimento, principalmente, devido a ratificação das instâncias e mecanismos de participação direta a partir do Decreto Lei 8243/15. Conforme preceitua Mendonça:

As conferências são uma conquista histórica da sociedade civil, que ao longo dos últimos doze anos têm se tornado mais participativas, efetivas e inovadoras, contemplando temáticas relacionadas aos direitos e demandas de minorias e grupos em situação de vulnerabilidade social (2014).

Os instrumentos de diálogos no Brasil carregam uma tradição desde 1940 a partir da convocação, por Getúlio Vargas, da Conferência Nacional de Saúde e, mais adiante, a Constituição de 1988 tornou esse instrumento institucionalizado (AVRITZER, 2012). Essa forma de organização civil enfatiza mais a democratização do país, pois ainda conforme Avritzer:

Nos últimos 20 anos, 80 delas foram realizadas: 21 na área da saúde; 20 relacionadas aos temas das minorias; 6 relativas ao meio ambiente; 22 a respeito da economia, do Estado e do desenvolvimento; 17 sobre educação, cultura e assistência social; e 11 sobre direitos humanos (2012).

Dentre esses números descritos acima, cabe ressaltar que a partir do ano de 2003 houve um aumento no número de conferências quando comparadas com os anos

anteriores e um dos fatores foi a questão dos participantes que, anteriormente, eram especialista e após a constituinte de 1988, esse perfil mudou. As conferências passaram a contar com mais participantes da sociedade civil (CUNHA, p. 15, 2012). A previsão dos instrumentos de participação em lei corroborou para o aumento das formas de organização da sociedade civil, permitindo uma diversificação e ampliação dos atores e, conseqüentemente, das temáticas das conferências.¹⁶

Considerando este cenário, é possível caminhar até os elementos que contribuíram para a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Conforme mencionado no capítulo anterior, a juventude já fazia parte da agenda pública, mas com políticas sociais voltadas para prevenção da violência, vulnerabilidade, inserção no mercado de trabalho e educação. Processos de mobilizações e discussões que foram acumulados a partir do final dos anos 1990 impulsionou para a realização da conferência.

Com a criação da Lei 11.129/05 que instituiu o Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens ratificada pela Política Nacional de Juventude priorizou os direitos da juventude brasileira, em especial, o direito à educação.

A instituição dessa nova política permitiu um processo participativo para a juventude consagrado em 2008 na 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

O processo de conferências envolve uma mobilização nacional. Meses antes da data inicial são realizadas conferências no âmbito dos estados e municípios para que sejam levantadas as propostas com o objetivo de gerar o documento base.

O primeiro encontro, realizado em Brasília no ano de 2008 sob o lema “levante a sua bandeira”, teve como objetivo criar um espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil que pudesse servir como subsídio para a consolidação de uma política nacional de juventude, focada em direitos e autonomia por cidadania ativa, sem se deixar de lado a riqueza da diversidade juvenil, seus matizes e especificidades. Para a

¹⁶ Segundo Avritzer conforme pesquisa realizada PRODPED/Vox (p.11, 2011).

preparação da Conferência, durante oito meses, mais de 400 mil pessoas, dentre os quais gestores do poder público e representantes de movimentos sociais, reuniram-se em 841 Conferências Municipais e Regionais, 689 Conferências Livres, Conferências Estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal e na Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais¹⁷. Foram aprovadas 70 propostas e eleitas 22 prioridades em áreas diversas.

Vale ressaltar que a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude pavimentou caminhos para a aprovação Emenda Constitucional 65/2010 que inclui o jovem como sujeito de direito na Constituição Federal.

O segundo encontro teve como objetivo renovar, atualizar e ampliar o processo de desenvolvimento e efetivação de direitos, dando concretude às bandeiras já levantadas e, sobretudo, transformando-as em políticas públicas voltadas para os jovens brasileiros. Segundo informações do Conselho Nacional de Juventude, estiveram presentes nesta 2ª CNPPJ cerca de 2200 participantes, entre delegados e demais convidados. Deste total, contabilizou-se a participação de 1.400 delegados credenciados.

Na preparação da 2ª CNPPJ ocorreram 27 Conferências Estaduais (Estados e Distrito Federal), 74 Conferências Livres, a Consulta Nacional aos Povos e Comunidades Tradicionais e a etapa livre virtual.

Na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foram estruturados 21 grupos temáticos distribuídos em 5 eixos:

- ⇒ Direito ao desenvolvimento integral: educação, trabalho, cultura e comunicação;
- ⇒ Direito ao território: cidade, campo, transporte, meio ambiente comunidades tradicionais;
- ⇒ Direito à experimentação e qualidade de vida: saúde, esporte, lazer e tempo livre;
- ⇒ Direito à diversidade e à vida segura: segurança, valorização e respeito à diversidade e direitos humanos;

¹⁷ Para mais sobre os participantes da 1ª Conferência de Juventude ver Castro e Abramovay (2009). Sobre a 1ª Conferência ver Moreira (2008).

⇒ Direito à participação: participação e fortalecimento institucional;

Nesta conferência foram aprovadas 63 propostas e eleitas 26 prioridades. Além disso, esta Conferência reforçou ainda a necessidade de que o Estatuto da Juventude fosse sancionado, pois as questões referentes aos direitos permeou a conferência. O Estatuto da Juventude entrou em vigor em 05 de agosto de 2013, aprofundando ainda mais os direitos dos jovens já previstos em leis.

2.2. Métodos de Análise

Inicialmente, foi feita uma análise quantitativa a partir dos dados da PNAD 2014 para o levantamento do perfil dos jovens brasileiros no que tange o tema educação. Foi feita também uma análise do perfil dos jovens participantes da 2ª Conferência de Políticas Públicas de Juventude utilizando a pesquisa feita pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas.

A análise quantitativa contou com a utilização de métodos estatístico descritivos para análises univariadas e bivariadas com base no software SPSS.

Além da abordagem quantitativa, a pesquisa também utilizou a abordagem qualitativa para analisar a relação das propostas geradas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e as metas do Plano Nacional de Educação. Para essa análise foram utilizadas a análise de conteúdo e a *Grounded Theory* como métodos de análise qualitativa.

Para suportar essas metodologias de análise, foi escolhido o *software* Atlas TI 7.0 que tem como um dos recursos a elaboração de redes semânticas e é baseado na metodologia da *Grounded Theory*.

No constam os detalhes desta metodologia juntamente com os resultados da análise dos documentos através do *software*. Cabe ressaltar que optou-se por tratar

mais detalhadamente as abordagens metodológicas para a análise de dados nos capítulos por se entender que isso facilita a compreensão dos métodos aplicados e, conseqüentemente, da análise.

2.2.1 Bases de Dados

Foram utilizadas as seguintes bases de dados na pesquisa:

- PNAD 2014: Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.¹⁸
- Base de dados com o resultado de 1209 questionários que foram respondidos na pesquisa feita pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o CONJUVE e SNJ na 2ª Conferência Nacional de Juventude que ocorreu em Dezembro de 2011.
- Documento com as 26 propostas prioritárias aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude
- Documento contendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação (2014-2014)

¹⁸ Definição contida nas notas metodológicas da PNAD 2014

2.3 Perfil dos participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

Neste etapa, será analisado o perfil do jovem participante da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. O objetivo é verificar quem são esses jovens que participam desses espaços de diálogos e colaboram para a construção de políticas públicas para esse segmento, analisando características como tipo de participação, grau de escolaridade, raça, gênero e região.

Inicialmente, serão geradas frequências a partir da base de dados do questionário para levantar as características do perfil dos participantes. Também serão feitas análises bivariadas buscando verificar a relação entre as mesmas. Estão contempladas análises da relação do tipo de participação com gênero, raça, grau de escolaridade e região bem como movimentos sociais que os jovens participam e faixa etária. O propósito é que seja possível compreender, por exemplo, se o gênero tem influência no tipo de participação ou a região ou como se deu a distribuição dos participantes por região e faixa etária.¹⁹

2.3.1 Abordagem para Análise Quantitativa

Com o intuito de levantar o perfil dos participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi utilizada a análise estatística descritiva ou inferencial. Esta análise tem como objetivo descrever ou fazer previsões (AGRESTI&FINLAY, p. 20, 2012). No caso desta pesquisa, optou pela descrição a partir da utilização de gráficos e tabelas.

A base de dados que foi analisada possui variáveis categóricas e quantitativas e isso, influência no tipo de técnica a ser aplicada para a análise. Cabe destacar que as

¹⁹ Serão utilizados teste Qui-quadrado, tabela de referencia cruzada e ANOVA. Para tanto, a partir da base de dados, foram definidas novas variáveis categórica tal como, quantidade de movimentos que os jovens participam, além de considerar as demais variáveis para análise.

variáveis categóricas são definidas como um conjunto de categorias, enquanto as contínuas são todas as variáveis expressas em valores numéricos.

Foram utilizadas análises univariadas, bivariadas e multivariadas ou seja, foram analisadas as distribuições de uma, duas ou mais variáveis dependendo do contexto. Cabe ressaltar que a análise multivariada refere-se ao método estatístico que simultaneamente analisam múltiplas medidas sobre indivíduos ou objetos sob investigação (HAIR et al, p. 23, 2009).

Segundo Agresti e Finlay definem a análise multivariada a seguir:

Em uma análise multivariada, o foco principal é no estudo das associações entre as variáveis. É dito haver uma associação entre duas variáveis se certos valores de uma variável tendem a ir com certos valores da outra variável (p. 73, 2008).

O *software* estatístico utilizado para a análise do perfil dos participantes foi o SPSS²⁰ e os métodos estatísticos escolhidas foram:²¹

- Distribuição de frequência: consiste em uma lista de possíveis valores para uma variável, junto com o número de observações de cada valor.
- Tabela de referência cruzada: também traduzidas como tabelas de contingências permite trabalhar variáveis categóricas, exibindo o número de sujeitos observados em todas as combinações de possíveis resultados para as duas variáveis.
- Teste Qui-quadrado: Compara frequências na tabela de contingência ou tabela de referência cruzada com valores que satisfaça a hipótese nula de independência, ele resume o quão próximo as frequências esperadas estão das frequências observadas. Considerando o resultado do *p*-valor, é possível verificar essa independências, pois quando o *p*-valor²² é maior de 0,05, a hipótese nula é aceita e, conseqüentemente, as variáveis são

²⁰ O SPSS é um software integrado que possibilita a operação do processo analítico por inteiro, desde o planejamento e coleta de dados até a análise e geração de relatórios.

²¹ Todas as definições das técnicas de estatística descritivas foram feitas a partir de Agresti & Finlay

²² Probabilidade de significância.

independentes, ou seja, não há associação entre elas. Quando o p -valor é menor que 0,05, a hipótese nula é rejeitada e as variáveis são associadas.

- Anova: É um método estatístico que compara as médias para grupos que possuem variáveis categóricas e quantitativas, ou seja, a média da variável resposta quantitativa é comparada entre os grupos que são categorias de variável explicativa.

2.3.2 Perfil do Participante

A partir da Tabela 4 é possível verificar que 73% dos participantes eram delegados, seguidos dos observadores com 10,50%, o que não chega a ser um percentual representativo. Ademais, na Tabela 5 (Anexo A) é mostrado que 10,40% dos delegados participam de conselho de juventude municipal, estadual e nacional, 7,90% são participantes do movimento estudantil e 7,80% são representante de partido político. Portanto, o jovem que participa da 2ª Conferência já atua em instâncias de participação social.

Tabela 4
Forma de Participação

Forma de participação	%
Delegado	73%
Observador	10,50%
Não respondida/resposta invalida	9%
Convidado	5,50%
Não delegado	1,60%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Elaboração da autora

A maioria dos jovens participantes da 2ª Conferência Nacional de Juventude na faixa etária de 18 a 29 anos correspondeu a 69,60% sendo que deste universo, 52,70% eram delegados conforme indicado na Tabela 6.

Tabela 6
Distribuição do Tipo de Participação por Faixa Etária

Tipo de participação	Faixa Etária						Total
	14 a 17	18 a 29	30 a 40	41 a 50	51 a 60	Não respondeu/Resposta inválida	
Delegado	7,00%	52,70%	10,50%	1,60%	0,60%	0,70%	73,00%
Não delegado	0,30%	1,10%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	1,60%
Observador	2,80%	6,10%	1,20%	0,30%	0,00%	0,10%	10,50%
Convidado	0,20%	3,60%	0,80%	0,30%	0,20%	0,30%	5,50%
Não respondida/resposta inválida	0,90%	6,20%	1,20%	0,70%	0,10%	0,20%	9,40%
Total	11,20%	69,60%	13,90%	3,00%	0,90%	1,30%	100,00%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Elaboração da autora

Na Tabela 7 foram consideradas as variáveis região, tipo de participação e faixa etária para compor ainda mais a análise das características do perfil do jovem participante da 2ª CNPPJ. Ao observarmos a relação entre essas variáveis, verificamos que 63,20% dos delegados respondentes é da região centro-oeste e a faixa etária de 18 a 29 anos. Em seguida, com 62,20%, da nordeste.

Quando comparamos o total dos participantes da conferência, independente do tipo de participação, esse percentual se inverte e o nordeste acaba sendo a região com um maior percentual de participantes, ou seja, 74,90% e seguida da centro-oeste com 72,10%.

De uma maneira geral, a distribuição dos delegados entre as regiões ficou equilibrada, pois as variações são baixas como podemos observar na tabela.

Tabela 7
Tipo de Participação por Região e Faixa Etária

Região	Tipo de participação	Faixa etária						Total
		14 a 17	18 a 29	30 a 40	41 a 50	51 a 60	Não respondeu/ Resposta Inválida	
Norte	Delegado	7,60%	47,10%	10,10%	2,50%	0,00%	1,70%	68,90%
	Não delegado	0,00%	1,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,70%
	Observador	1,70%	7,60%	1,70%	0,00%	0,00%	0,00%	10,90%
	Convidado	0,00%	5,90%	0,00%	0,00%	0,00%	0,80%	6,70%
	Não respondida/resposta inválida	0,80%	8,40%	1,70%	0,80%	0,00%	0,00%	11,80%
	% Total	10,10%	70,60%	13,40%	3,40%	0,00%	2,50%	100,00%
Nordeste	Delegado	4,10%	62,20%	12,70%	1,40%	0,50%	0,00%	80,80%
	Não delegado	0,30%	0,80%	0,30%	0,00%	0,00%	0,00%	1,40%
	Observador	1,10%	3,20%	1,10%	0,00%	0,00%	0,00%	5,40%
	Convidado	0,00%	4,10%	1,10%	0,30%	0,30%	0,00%	5,70%
	Não respondida/resposta inválida	0,50%	4,60%	0,50%	1,10%	0,00%	0,00%	6,80%
	% Total	5,90%	74,90%	15,70%	2,70%	0,008	0,00%	100,00%
Sudeste	Delegado	9,70%	51,30%	15,60%	0,60%	1,30%	0,60%	79,20%
	Não delegado	0,60%	1,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,90%
	Observador	1,30%	5,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	6,50%
	Convidado	0,00%	1,90%	1,30%	0,00%	0,00%	0,00%	3,20%
	Não respondida/resposta inválida	0,60%	7,10%	1,30%	0,00%	0,00%	0,00%	9,10%
	% Total	12,30%	66,90%	18,20%	0,60%	0,013	0,60%	100,00%
Centro-oeste	Delegado	7,40%	63,20%	11,80%	0,00%	0,00%	0,00%	82,40%
	Não delegado	1,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,50%
	Observador	0,00%	2,90%	1,50%	0,00%	0,00%	0,00%	4,40%
	Convidado	0,00%	2,90%	1,50%	0,00%	0,00%	0,00%	4,40%
	Não respondida/resposta inválida	0,00%	2,90%	4,40%	0,00%	0,00%	0,00%	7,40%
	% Total	8,80%	72,10%	19,10%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Sul	Delegado	17,10%	57,30%	6,10%	1,20%	0,00%	1,20%	82,90%
	Não delegado	0,00%	2,40%	1,20%	0,00%	0,00%	0,00%	3,70%
	Observador	1,20%	3,70%	2,40%	0,00%	0,00%	0,00%	7,30%
	Convidado	0,00%	1,20%	0,00%	1,20%	0,00%	0,00%	2,40%
	Não respondida/resposta inválida	0,00%	2,40%	1,20%	0,00%	0,00%	0,00%	3,70%
	% Total	18,30%	67,10%	11,00%	2,40%	0,00%	1,20%	100,00%
Não respondeu/resposta inválida	Delegado	6,50%	43,80%	7,50%	2,20%	0,70%	1,00%	61,50%
	Não delegado	0,20%	1,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,20%
	Observador	6,00%	9,60%	1,20%	1,00%	0,00%	0,20%	18,00%
	Convidado	0,50%	3,60%	0,70%	0,50%	0,50%	0,70%	6,50%
	Não respondida/resposta inválida	1,70%	7,90%	1,20%	1,00%	0,20%	0,70%	12,70%
	% Total	14,90%	65,90%	10,60%	4,60%	0,014	2,60%	100,00%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

Dos respondentes, 26,80% possui o ensino médio completo, sendo 19,30% delegados. Em seguida, 24,10% é referente aos participantes que cursavam nível superior, sendo 19,10% delegados de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8
Distribuição da Forma de Participação e Grau de Escolaridade

Tipo de Participação	Nunca estudou	Ensino fundamental incompleto ou cursando	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto ou cursando	Ensino médio completo	Superior incompleto ou cursando	Superior completo	Pós-graduação - latu-sensu - completa ou cursando	Doutorado - completo ou cursando	Não Respondeu /Resposta Inválida	Total
Delegado	0,20%	0,70%	2,40%	5,50%	19,30%	19,10%	14,60%	4,50%	1,60%	5,10%	73,00%
Não delegado	0,00%	0,10%	0,20%	0,20%	0,60%	0,20%	0,20%	0,00%	0,10%	0,10%	1,60%
Observador	0,00%	0,20%	0,40%	2,20%	3,60%	1,40%	1,30%	0,20%	0,20%	0,80%	10,50%
Convidado	0,10%	0,10%	0,10%	0,20%	0,70%	1,50%	1,70%	0,30%	0,20%	0,60%	5,50%
Não respondida/resposta	0,10%	0,20%	0,60%	0,60%	2,60%	1,90%	2,20%	0,20%	0,10%	0,90%	9,40%
Total	0,30%	1,30%	3,60%	8,80%	26,80%	24,10%	20,00%	5,40%	2,20%	7,50%	100,00%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

Quanto à classe social que os respondentes afirmaram pertencer, conforme indicado na Tabela 9, 48,8% são da classe média baixa, seguido de 30,8% da classe média.

Tabela 9
Distribuição da Forma de Participação e Classe Social

Tipo de participação	Classe Social						Total
	Rico	Classe média alta	Classe média	Classe média baixa	Pobre	Não respondida/resposta inválida	
Delegado	0,30%	1,90%	21,70%	35,80%	12,40%	0,90%	73,00%
Não delegado	0,00%	0,10%	0,40%	0,80%	0,20%	0,00%	1,60%
Observador	0,20%	0,70%	3,20%	5,60%	0,80%	0,00%	10,50%
Convidado	0,00%	0,20%	2,20%	2,40%	0,50%	0,20%	5,50%
Não respondida/resposta inválida	0,10%	0,40%	3,20%	4,10%	1,50%	0,10%	9,40%
Total	0,60%	3,20%	30,80%	48,80%	15,50%	1,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

A Tabela 10 traz a visão do tipo de participação por cor/raça considerando segmentação por gênero. Podemos observar que o percentual masculino é de 72,3% e a feminina é de 74,1% o que traduz uma baixa diferença entre os gêneros na divisão por cor/raça, considerando que os mesmos estão equilibrados. Ademais, o percentual para delegados brancos é, basicamente, o mesmo (25,1%) de delegados pardos e

essas características são as mais representativas neste cenário, sendo seguido pelos delegados masculinos negros com 16,2% e femininos com 14,8%.

Tabela 10
Tipo de Participação por Cor/Raça e Gênero

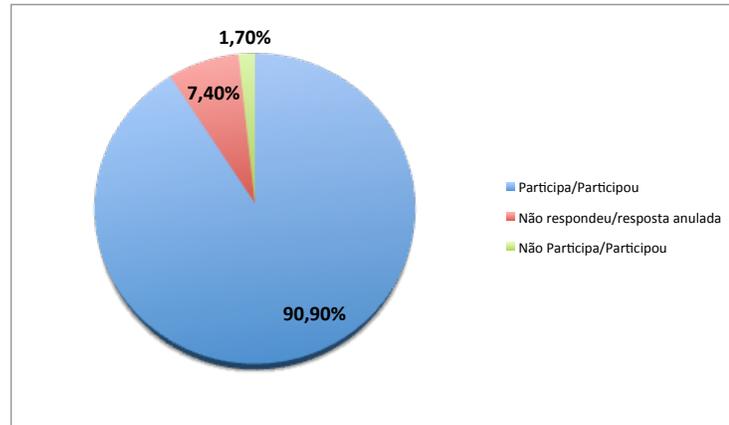
Gênero	Tipo de Participação	Cor/Raça							Total
		Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Outro	Não respondeu/ Resposta inválida	
Masculino	Delegado	24,40%	26,10%	16,20%	1,00%	2,40%	0,80%	1,40%	72,30%
	Não delegado	1,00%	0,10%	0,30%	0,00%	0,00%	0,10%	0,00%	1,50%
	Observador	5,00%	3,20%	2,20%	0,10%	0,30%	0,10%	0,10%	11,20%
	Convidado	0,70%	1,10%	1,50%	0,10%	0,30%	0,40%	0,00%	4,20%
	Não respondida/resposta inválida	2,40%	4,10%	2,80%	0,10%	0,70%	0,30%	0,40%	10,80%
	Total	33,50%	34,60%	23,10%	1,40%	3,60%	1,80%	2,00%	100,00%
Feminino	Delegado	26,10%	23,70%	14,80%	3,00%	4,30%	1,20%	1,00%	74,10%
	Não delegado	0,80%	0,40%	0,20%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	1,60%
	Observador	4,50%	2,40%	1,80%	0,40%	0,40%	0,00%	0,00%	9,50%
	Convidado	2,40%	2,00%	1,80%	0,00%	0,20%	0,60%	0,20%	7,30%
	Não respondida/resposta inválida	3,20%	1,20%	1,40%	0,20%	0,80%	0,40%	0,20%	7,50%
	Total	37,00%	29,80%	20,00%	3,80%	5,70%	2,20%	1,40%	100,00%
Total	Delegado	25,10%	25,10%	15,60%	1,80%	3,20%	1,00%	1,20%	73,00%
	Não delegado	0,90%	0,20%	0,20%	0,10%	0,00%	0,10%	0,00%	1,60%
	Observador	4,80%	2,90%	2,10%	0,20%	0,30%	0,10%	0,10%	10,50%
	Convidado	1,40%	1,50%	1,70%	0,10%	0,20%	0,50%	0,10%	5,50%
	Não respondida/resposta inválida	2,70%	2,90%	2,20%	0,20%	0,70%	0,30%	0,30%	9,40%
	Total	34,90%	32,60%	21,80%	2,40%	4,50%	2,00%	1,70%	100,00%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

2.3.3 Participação em Movimentos Sociais

Dos participantes da conferência, conforme o Gráfico 2, 90,90% participa ou participou de algum movimento social sendo 67,7% composto por delegados.

Gráfico 2
Participação em Movimentos Sociais

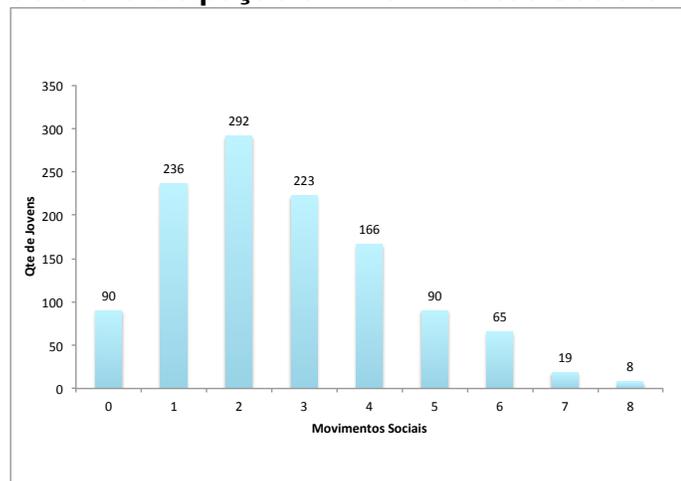


Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

Conforme mostra a Tabela11 (Anexo A), 24,20% dos jovens da conferência participam ou participaram de, pelo menos, dois tipos de movimentos. Os movimentos sociais destacados nos questionários foram: partidos políticos, grêmio escolar, secundarista, universitário, religioso, sindicato, meio ambiente e ONGs.

O Gráfico 3 mostra o quantitativo de movimentos sociais por jovem, ou seja, de quantos movimentos sociais diferentes os jovens participam.

Gráfico 3
Quantidade de Participação em Movimentos Sociais Por Jovem



Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

2.3.4 Análise Bivariada: Relações entre os tipos de participação, região , cor, movimentos sociais

Para que possamos avaliar o grau de relação do gênero e raça ao tipo de participação utilizaremos o teste Qui-quadrado. Esse teste resume o quão próximo as frequências esperadas estão das frequências observadas segundo a análise do p-valor. Ele trabalha com a evidência da hipótese nula entre os níveis da variável explicativa (tipo de participação) e os níveis das variáveis respostas (gênero e cor/raça) o que significa que quanto maior for o p-valor, maior a evidência de aceitar a hipótese nula e então, poder concluir que as variáveis são independentes ou dependentes.

O que se espera com esse teste é poder inferir se o tipo de participação pode ser influenciada pela raça ou gênero, ou seja, responder questões como: o fato de ser homem ou mulher influencia a participação na conferência como delegado?

O Quadro 1 indica que não há relação do gênero com o tipo de participação, pois o resultado do teste é 0,282. Com esse resultado, é possível estimar que o fato de ser delegado participante da 2ª Conferência Nacional de Juventude não tem influência em ser homem ou mulher.

Quando avaliamos a relação do tipo de participação com cor/raça verificamos que as mesmas se relacionam, pois o p-valor é de 0,003 conforme indica o Quadro 2 e isso, nos direciona a aceitação da hipótese nula que configura a influência do tipo de participação com cor/raça. Ademais, a Tabela 10 nos mostra que o percentual de delegados é o mesmo tanto para pardo quanto para brancos (25,1%).

Quadro 1
Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Gênero

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,761a	8	0,282
Likelihood Ratio	10,007	8	0,265
Linear-by-Linear Association	0,435	1	0,509
N of Valid Cases	1209		

Elaboração da autora

Quadro 2
Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Cor/Raça

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	47,296a	24	0,003
Likelihood Ratio	39,288	24	0,025
Linear-by-Linear Association	2,893	1	0,089
N of Valid Cases	1209		

Elaboração da autora

Esta etapa analisará o tipo de participação e a sua relação com região e grau de escolaridade. Buscamos verificar se há uma associação entre essas variáveis que podem explicar um pouco mais do perfil do jovem participante da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

Quando analisamos a relação do tipo de participação por região verificamos que há uma associação dessa variável resposta em relação ao tipo de participação. Conforme o teste Qui-quadrado indica, no Quadro 3, o p-valor é zero o que categoriza uma relação de dependência entre as variáveis. A condição de ser delegado ou outro tipo de participação é influenciado pela região e também, pelo grau de escolaridade. A Tabela 6 (anexo) indica mais delegados na região nordeste do que outra região do Brasil.

A análise a partir da escolaridade, também nos permite afirmar que há uma relação entre essas variáveis, pois o p-valor é zero, ou seja, o grau de escolaridade influencia o tipo de participação.

Quadro 3
Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Região

	Valor	Grau de Liberdade	P-valor
Qui-Quadrado de Pearson	69,268a	20	0
Maxima verossimilhança	69,276	20	0
Associação linear	8,943	1	0,003
Nº de casos válidos	1209		

Elaboração da autora

Quadro 4

Teste Qui-Quadrado Tipo de Participação por Grau de Escolaridade

	Valor	Grau de Liberdade	P-valor
Qui-Quadrado de Pearson	79,163a	28	0
Maxima verossimilhança	75,069	28	0
Associação linear	1,473	1	0,225
Nº de casos válidos	1209		

Elaboração da autora

Considerando o quantitativo de movimentos sociais indicado na Tabela 11 (Anexo A), foi feita a análise da relação do grau de escolaridade com esse quantitativo, pois a ideia é verificar se o grau de escolaridade tem ou não influência na participação do jovem em movimentos sociais. Para tanto, o modelo estatístico para a análise será a ANOVA pelo fato de utilizarmos variáveis do tipo categórica (grau de escolaridade) e quantitativas (quantidade de movimentos sociais). O Quadro 5 (Anexo) nos mostra que essa relação não existe, pois o p-valor é 0,002 o que indica uma rejeição da hipótese nula e, conseqüentemente, a dependência entre as variáveis e isso nos orienta para o entendimento de que o grau de escolaridade não influencia a participação em movimentos sociais.

Quadro 5

ANOVA para Quantidade de Movimentos Sociais por Grau de Escolaridade

Quantidade de Movimentos Sociais * Grau de Escolaridade		Soma dos quadrados	Grau de liberdade	Valor quadrático médio	P-valor
	Entre grupos	178,016	7	25,431	0,002
Com grupos	9261,851	1201	7,712		
Total	9439,868	1208			

Elaboração da autora

A análise feita a partir dos 1209 jovens que participaram da pesquisa promovida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro nos ajuda a compreender um pouco do perfil destes jovens participantes da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

A relação entre tipo de participação considerando gênero e cor/raça mostrou resultados diferentes uma vez que o gênero não está relacionado com a questão do tipo de participação, mas que, ao mesmo tempo, a cor/raça, está relacionada. Essas informações nos revela que a condição de ser delegado ou outro tipo de participação independe da questão de gênero, mas tem forte relação na questão de cor/raça.

Ainda na análise do tipo de participação, considerando o contexto de região e escolaridade, podemos perceber que tanto a região quanto a escolaridade tem influência com a posição de ser delegado, pois é possível observar que a maior quantidade de delegados está concentrada na região nordeste e tem nível superior completo ou incompleto.

A última análise foi com base na quantidade de movimentos sociais que os participantes da 2ª CNPPJ participam ou participaram. Os dados mostram que a maioria participa ou participou de, pelo menos, dois movimentos. Outro ponto importante que foi possível analisar foi em relação a influência do grau de escolaridade na participação de movimentos sociais, ou seja, os jovens participam ou participaram de movimentos independentes da sua idade.

Portanto, podemos perceber nesta breve análise de perfil que variáveis como cor/raça, escolaridade e região estão relacionadas com o tipo de participação e também que regiões como a nordeste teve alto grau de representatividade nesta conferência e jovens com escolaridade de ensino médio e superior foram predominantes na Conferência e essas características fazem parte do perfil do jovem participante da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

2.4 Principais Questões da Conferência Referentes à Educação - Percepções dos Jovens Participantes

Ao longo da história dos movimentos sociais envolvendo a juventude, temas referente à educação sempre estiveram presentes nas bandeiras desses movimentos. O período de 1930 a 1950 foi marcado por dois grandes movimentos: juventude integralista e o movimento para a fundação da UNE. Nos anos de 1960, os movimentos juvenis estavam bem relacionados aos movimentos estudantis (SOFIATI, 2008) e os mesmos reivindicavam uma Reforma Universitária e o aumento de verbas para a educação.

O período subsequente foi marcado pela ditadura militar o que influenciou a desarticulação da UNE devido às condições políticas do momento, tal como a suspensão das garantias constitucionais e individuais.

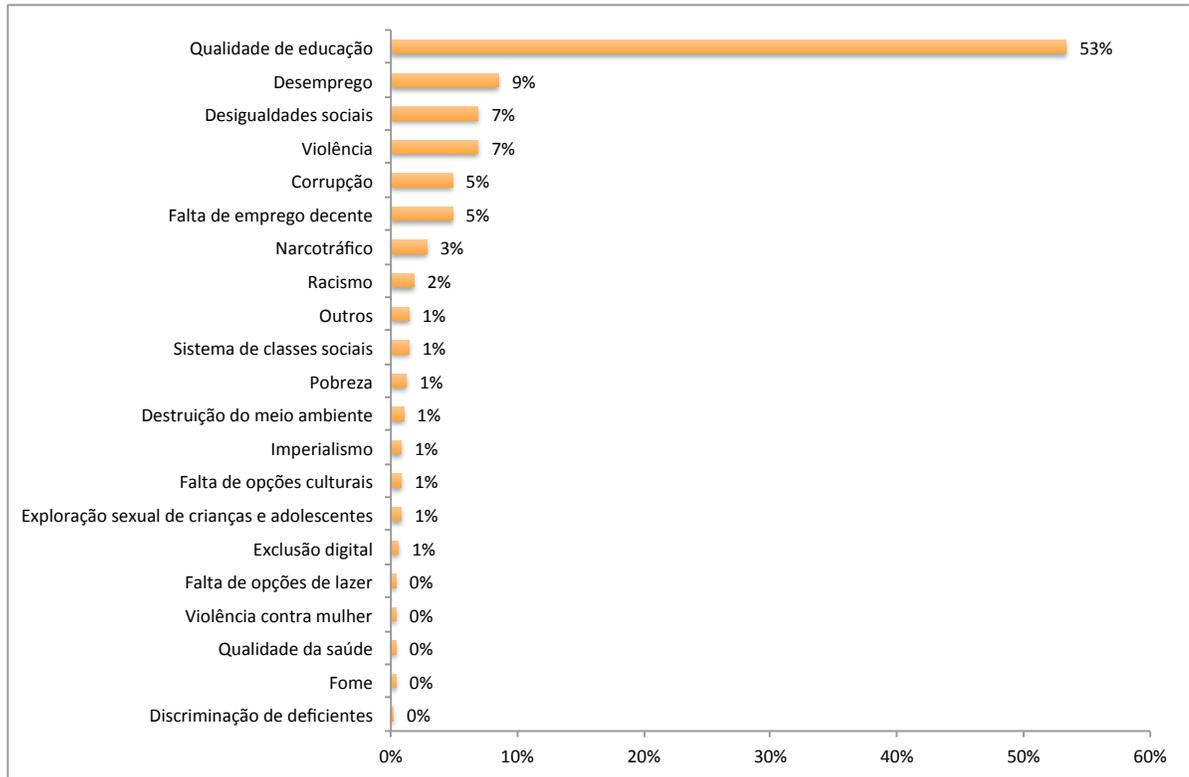
O enfraquecimento dos movimentos estudantis começou a ocorrer no anos de 1980, ainda conforme Sofiati:

Portanto, a partir dos anos 1980 há um distanciamento da militância tradicional: a referência não era mais o partido e o sindicato, mas o movimento social específico. Assim, nesse processo os jovens passam a assumir novas formas e perspectivas de participação social e política (p.3, 2008).

Apesar da segmentação de movimentos e distanciamento da militância tradicional, algumas questões que foram aplicadas na pesquisa realizada na 2ª Conferência Nacional de Políticas sinalizaram que a educação ainda é um tema priorizado pela juventude, independe da forma como a mesma se manifesta e se organiza.

Conforme exibido no Gráfico 4 ao responderem sobre qual é a principal questão da juventude brasileira, 53% dos respondentes indicaram a qualidade da educação. Em seguida, com um percentual mais equilibrado entre as demais opções, está o desemprego com 9% e em terceiro lugar a desigualdade social com 7%.

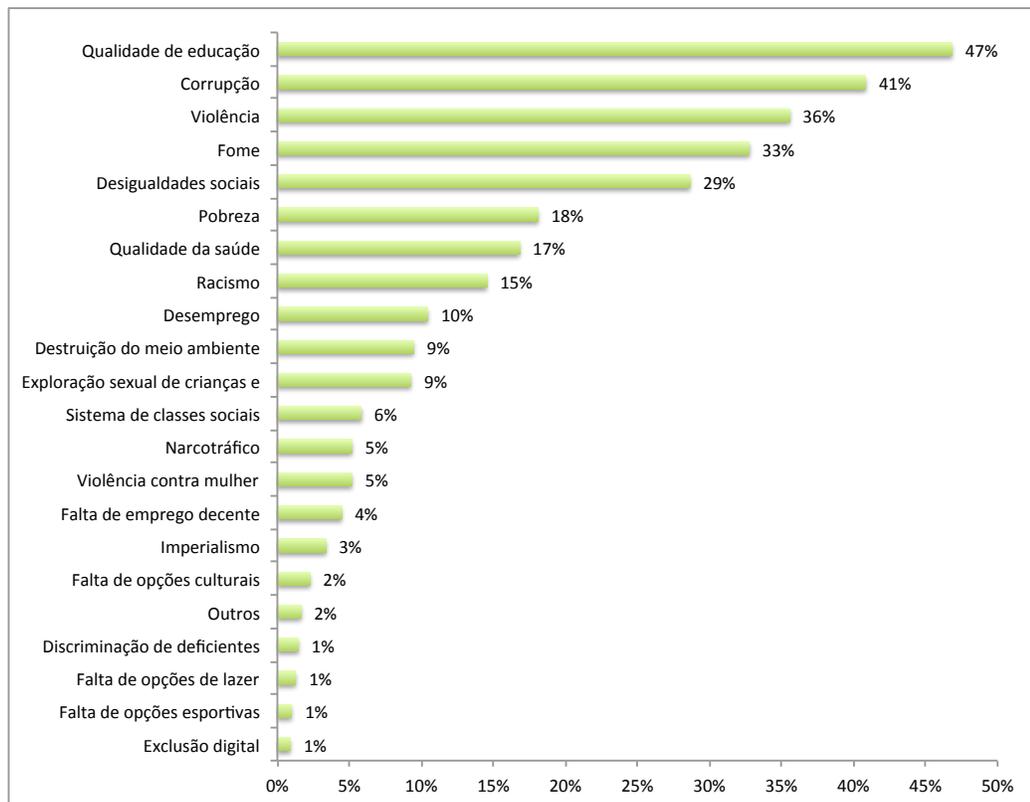
Gráfico 4
Principal Questão para a Juventude Brasileira nos Dias de Hoje



Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Elaboração da autora

A pesquisa trouxe ainda a questão relacionada ao que os jovens consideram como três problemas mais graves do Brasil e 47% dos respondentes elegeram a qualidade da educação o problema mais grave do Brasil, seguido da corrupção com 41% e a violência em terceiro lugar, com 30% conforme exibido no Gráfico 5.

Gráfico 5
Os Três Problemas Mais Graves do Brasil



Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Elaboração da autora

Ambos os gráficos mostram que a principal questão que permeou a 2ª CNPPJ foi a qualidade da educação, considerando que uma pergunta é voltada especificamente para a juventude e a outra para problemas no país. Quando são analisadas as demais opções entre esses dois cenários é observado que as mesmas variam, pois o segundo problema que mais afeta a juventude é o desemprego com 9% conforme exibido no Gráfico 4 e em contra partida o desemprego está em nono lugar com apenas 4% maior de acordo com o Gráfico 5.

A educação ainda aparece como tema prioritário no que tange a questão dos direitos, pois ao serem questionados sobre o direito que deveria ser prioritário nas políticas públicas de juventudes, o Direito à Educação está em primeiro lugar com 31% da opção dos respondentes. Em segundo lugar, foi eleito o Direito ao Trabalho com 16% conforme Tabela 12. É possível observar que quando as perguntas têm como

referencia a juventude, as prioridades acabam se repetindo, como é o caso do desemprego que aparece como segunda prioridade já indicado no Gráfico 4 e o Direito ao Trabalho que aparece na Tabela 12.

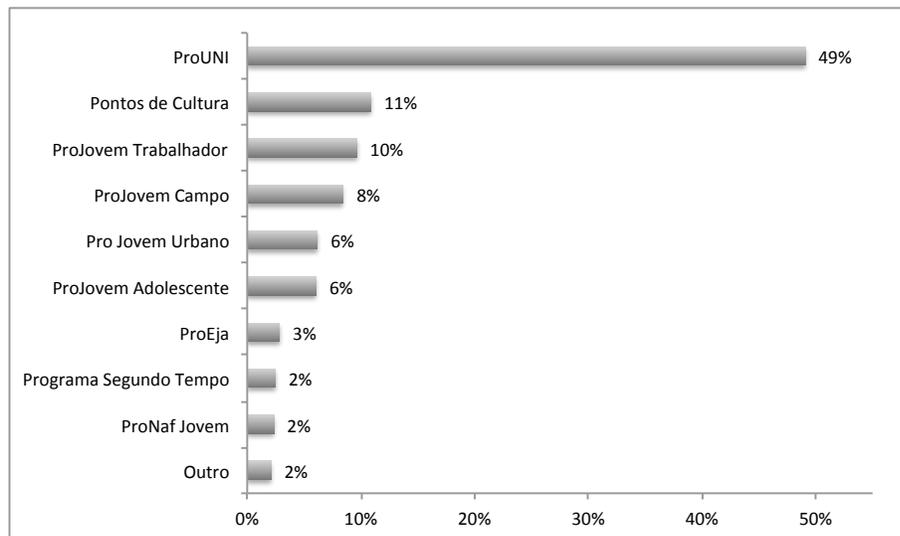
Tabela 12
Tipos de Direitos Prioritários para Políticas Públicas de Juventude

Tipo de Direito	%
Direito à educação	31%
Direito ao trabalho	16%
Direito à participação	14%
Direito à saúde	9%
Direito ao transporte público gratuito	6%
Direito à segurança	6%
Direito à cultura	6%
Direito ao esporte e lazer	4%
Direito à comunicação	3%
Direitos sexuais e reprodutivos	2%
Direitos ambientais	2%
Outro	1%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

Outro ponto de destaque é em relação aos programas do governo que a juventude considera mais importante. De acordo com o Gráfico XX, 49% dos respondentes elegeram o ProUNI como o mais importante. Mais uma vez, a educação teve destaque na Conferência.

Gráfico 6
Programa do Governo Mais Importante para Juventude



Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Elaboração da autora

Foi possível observar através dos dados mostrados anteriormente que as questões relacionadas à educação foram destaque durante a 2ª CNPPJ. Isso já foi uma tendência que ocorrera na 1ª CNPPJ quando elegeram a educação como a principal bandeira de luta (CASTRO e ABRAMOVAY, p. 40, 2009).

O público participante desses espaço de diálogo possui um perfil com características específicas, tal como engajamento e um maior nível de escolaridade. Em sua maioria, são participativos e fazem parte de movimentos sociais.

Eles continuam priorizando a educação dentre as demandas como foi possível conferir através dos dados mostrados anteriormente. Para os jovens, esses é o tema de maior importância que deve ter o foco das ações do governo, principalmente em relação à qualidade.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS PROPOSTAS: PNE x 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

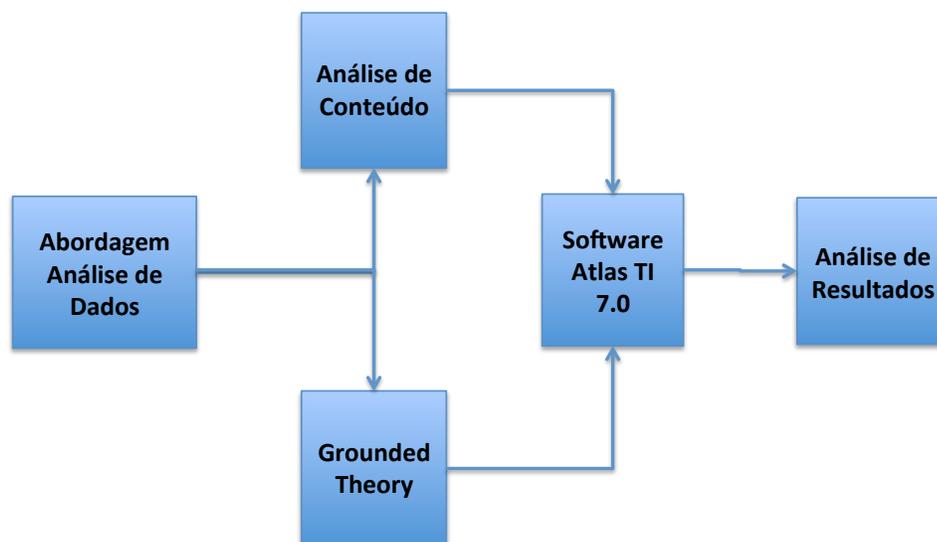
O objetivo principal desta etapa é analisar correlação e relação das propostas referentes à educação geradas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e as metas do Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos (2011 – 2020).

Conforme mencionado no parágrafo anterior, a análise foi feita com base nos dois documentos e foram mostrados quais os métodos e sistema utilizados para a análise dos mesmos, considerando suas características e particularidades.

Posteriormente, foram apresentados os resultados da análise feita nesses documentos com o *software* Atlas TI 7.0, buscando mostrar a relação entres esses documentos a partir de duas abordagens da pesquisa qualitativa: análise de conteúdo e *Grounded Theory*.

Abaixo, é mostrado o fluxo do que foi tratado neste capítulo:

Figura 3
Fluxograma Capítulo 3



Elaboração da autora

3.1 Abordagem para Análise de Dados

Optou-se por utilizar a pesquisa qualitativa uma vez que serão tratados textos que necessitam ser mais explorados e segundo Creswell, uma das possibilidades da utilização da pesquisa qualitativa é quando as teorias existentes não são adequadas para capturar a capacidade do problema que está sendo examinada (2007).

Existem diversas formas de realizar pesquisa qualitativa tal como a análise de conteúdo, *Grounded Theory*, análise de discurso, etnografia dentre outras. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar os conceitos da análise de conteúdo e também, da *Grounded Theory* uma vez que o *software* utilizado para análise dos textos se baseia nos conceitos desta teoria.

Essas abordagens possuem elementos em comuns e isso é que permite que durante a análise possam ser considerados tanto elementos de uma teoria quanto de outra, uma vez que as mesmas se complementam em algum momento.

Conforme descreve Neves:

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes formas no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. (p. 1, 1996)

Os diversos métodos de pesquisa qualitativa se aproximam dos procedimentos da interpretação dos fenômenos que empregamos no nosso dia-a-dia, pois se trata de uma interpretação a partir das nossas experiências e métodos como é o caso da análise de conteúdo que nos permite ter uma atitude de interpretação, sendo suportada por processos de validação (BARDIN, p. 20, 2011).

3.1.1 Análise de Conteúdo

Segundo Bardin, a análise de conteúdo se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemático e objetivo de descrição de conteúdo de mensagem (p.44, 2011).

Podemos traduzir a análise de conteúdo como a inferência de conhecimento relativa às condições de produção que se utiliza de indicadores tanto qualitativos ou quantitativos (BARDIN, p. 45, 2011) para gerar os possíveis resultados. Portanto, os pesquisadores tratam os dados para inferir sobre eles e chegar ao resultado de suas análises.

A análise de conteúdo trabalha com a lógica semântica e que, segundo Franco (1986), pode ser dividida da seguinte forma:

- Domínio da linguística
- Métodos lógicos estéticos e formais
- Métodos lógicos semânticos
- Métodos semânticos e semânticos estruturais
- Hermenêutica

Ainda dentro do processo referente ao método, para que se realize a análise de conteúdo, conforme Bardin indica, é necessário seguir as etapas por ele descritas:

- Pré-análise
- Codificação
- Categorização
- Inferência

Na pré-análise estão envolvidas a organização com a definição dos documentos, elaboração de hipóteses e objetivos. Além da exploração do material e tratamento dos resultados e as interpretações (BARDIN, p. 132, 2011).

A codificação se apresenta como uma primeira etapa, organizando o texto que será trabalho para que, posteriormente, sejam categorizados. Segundo O. R Holsti:

A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidade, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo(1969).

Para que possa ser realizada a codificação é necessário escolher as unidades de registros que serão tratadas, considerando os temas e definindo as regras de contagem e classificar a escolha das categorias (BARDIN, 134, 2011).

A categorização é resultado da codificação, pois permite a construção de grupos que possuem características em comum. Bardin ainda detalha o conceito de categorização como:

As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (p. 145, 2011).

A inferência é uma das etapas mais importantes da análise de conteúdo, pois seu objetivo é não somente produzir suposições sobre uma determinada mensagem, mas sim criar embasamento com pressupostos teóricos de diversas concepções, ou seja, verificar causas, consequências e situações (CAMPOS, p. 613, 2004).

A análise de conteúdo é um dos métodos de pesquisa qualitativa que propõe uma teoria que tem seus conceitos, em parte, apropriados pela *Grounded Theory*.

3.1.2 *Grounded Theory*

A *Grounded Theory* é um conceito que defende a criação de teorias através dos dados, ou seja, busca a descoberta de uma determinada teoria com base nos dados sistematicamente obtidos a partir da pesquisa social (GLASER & STRAUSS, 1967). Bandeira-de-Mello define da seguinte forma:

O método da *Grounded Theory*, e suas técnicas de análise, apresentam-se como formas viáveis de conduzir pesquisas qualitativas, sejam com a intenção de gerar teoria substantiva ou apenas de proceder a uma ordenação conceitual (2003).

Vale ressaltar que essa teoria apresenta um conjunto de procedimento de coleta de dados que permite gerar, elaborar e validar teorias para processos sociais o que reforça o sentido da pesquisa qualitativa quando teorias existentes não são capazes de suportar o problema em questão, conforme mencionado anteriormente.

Tal qual o método de análise de conteúdo, a *Grounded Theory* também traz a abordagem da categorização de dados que, na definição Cresweel, representa a unidade de informação composta de eventos, acontecimentos e instâncias (2007).

Além da categorização, outra abordagem vital para a *Grounded Theory* é a codificação. Para Bandeira-de-Melo

A codificação é a parte central da análise dos dados. O processo de codificação pode ser dividido em três fases: codificação aberta, axial e seletiva. A codificação aberta envolve a quebra, a análise, a comparação, a conceituação e a categorização dos dados. Na codificação aberta, são descobertas propriedades e dimensões das categorias, e os incidentes ou eventos são agrupados em códigos (ou constructos ou conceitos) através da comparação incidente– incidente. A intenção é realizar amostragens teóricas suficientes e ter as evidências necessárias para formar uma categoria conceitual fundamentada nos dados. Os códigos podem ser classificados em categorias que representam um fenômeno, ações ou consequências. (p. 5, 2003).

O processo de análise de dados procede com base em estágios. Primeiramente, é feita a codificação e o analista forma categorias de informações a partir dos fenômenos que foram estudados por segmentos de informação. Considerando cada categoria, o analista encontra diversas propriedades ou subcategorias, verificando os dados para dimensionar a propriedade (CRESWELL, p. 67, 2007).

3.2 Tratamento de Dados através do *Software Atlas TI*

Para o tratamento dos dados foi utilizado o Atlas TI 7.0 que se configura como um *software* para análise de grandes massas de dados textuais, gráficos, vídeos e áudio e diversos formatos. Ele oferece uma gama de recursos para tratamentos de dados não estruturados, ou seja, dados que não podem ser analisados por uma abordagem estatísticas. O *software* foi desenvolvido baseado na teoria do *Grounded Theory*.

Este *software* possibilita que sejam encontrados fenômenos complexos que dificilmente seriam detectados na simples leitura do texto. Ele auxilia ao analista a organizar e acompanhar os registros, gerando confiabilidade na análise. Segunda Bandeira-de-Mello

O *software* permite a auditoria, pelos leitores, necessária para verificar a validade e confiabilidade dos resultados. A auditoria é possível por meio da análise de dois relatórios gerados pelo Atlas TI.

A utilização do *software* consiste no carregamento dos dados que serão analisados. O analista cria códigos que serão associados às citações ou aos próprios códigos. À medida que os dados vão sendo codificados, são criadas árvores hierárquicas que exibem as ocorrências entre os códigos, citações e demais códigos. Essas árvores hierárquicas são consideradas redes semânticas que na definição de Albuquerque e Pimentel é uma técnica que oferece um meio empírico de acesso à organização mental do conhecimento.

Os símbolos estão presentes na árvore hierárquica e acabam por representar a relação entre os códigos permitindo a construção de hipóteses que derivarão para teorias. O *software* Atlas TI 7.0 já traz os conectores, mas ele permite ao analista customizar outros tipos de casos para criar o relacionamento entre os códigos, se necessário. Esses conectores são chamados de *links* que já tem um valor padrão, mas que pode ser alterado.

Os principais elementos que compõem o Atlas TI 7.0 estão indicados no quadro a seguir:

Quadro 6
Descrição dos elementos do *Software* Atlas TI

Elementos	Descrição
Unidade Hermética (<i>Hermeneutic Unit</i>)	Reúne todos os dados e os demais elementos
Documentos Primários (<i>Primary Documents</i>)	São os dados primários coletados. Em geral, são transcrições de entrevista e notas de campo e de checagem. São denominados Px, onde x é o número de ordem
Citações (<i>Quotes</i>)	Trechos relevantes das entrevistas que geralmente estão ligados a um código. Sua referência é formada pelo número de documento primário onde está localizada, seguido do seu número de ordem dentro do documento. Também constam da referência as linhas inicial e final.
Códigos (<i>Codes</i>)	São os conceitos gerados pelas interpretações do pesquisador. Pode estar associado a uma citação ou a outros códigos. São indexados pelo nome. Apresentam dois números na referência. O primeiro, se refere ao número de citações ligadas a ele; e o segundo, ao número de códigos. Os dois números representam, respectivamente, o grau de fundamentação (<i>groundedness</i>) e o de densidade (<i>density</i>) do código.
Notas de Análise (<i>Memos</i>)	Descrevem o histórico da interpretação do pesquisador e os resultados das codificações até a elaboração final da teoria.
Esquemas (<i>Netviews</i>)	São os elementos mais poderosos para exposição da teoria. São representações gráficas das associações entre os códigos (categoria e subcategoria). O tipo das relações entre os códigos é representado por símbolos.
Comentário (<i>Comments</i>)	Todos os elementos podem e devem ser comentados, principalmente, os códigos fornecendo informações sobre seu significado.

Fonte: Bandeira-de-Mello. Elaboração da autora.

3.3 Análise do Resultado

Os resultados e considerações acerca dos dados analisados considerando os documentos das metas do PNE e as propostas geradas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude realizado pelo *software* Atlas TI 7.0 estão presentes nesta subseção. Vale ressaltar que objetivo da análise é verificar as relações e correlações das propostas da 2ª CNPPJ com as metas PNE.

Como mencionado anteriormente, com o *software* Atlas TI 7.0 é possível trabalhar com uma grande massa de dados e também, diversos formatos. Para a pesquisa em questão, optamos por esse *software* pela possibilidade de construir redes semânticas e não pelo volume de textos analisados.

Além das redes semânticas, o recurso *word cruncher* da ferramenta foi utilizado. Esse recurso, que é mais simples, permite calcular a frequência de palavras dos documentos primários (PD) e verificar a quantidade de palavras em comum que os dois documentos trazem. Com isso, foi possível analisar o que esses documentos têm em comum no que diz respeito às palavras que são utilizadas nos mesmos.

A estratégia inicial de trabalho utilizada foi a criação dos códigos, pois eles foram os elementos mais importantes para a criação da rede semântica. Foram criados sete códigos que puderam ser associados a diversas partes do texto para que então, a análise pudesse ser feita. Vale ressaltar que esses códigos gerados foram de primeira ordem, ou seja, ligados diretamente às citações. Nesta análise serão trabalhadas as relações das citações com citações, não contempladas as relações código com citações.²³

O *software* também possui o recurso para criar relacionamentos entre as categorias e são representadas por linhas que conectam categorias, códigos e notas de análise. É possível nomear essas ligações para expressar mais claramente as relações entre os conceitos. O Atlas TI 7.0 já possui seis tipos de *links* conforme mencionado anteriormente, pré-definidas na ferramenta. Essas *links* são ligações editáveis e podem

²³ Segundo a regra do Atlas TI 7.0 classificadas como ligação forte ou fraca. As ligações fortes são entidades por si só, com nomes, autores, comentários e outras propriedades. Uma ligação forte é apenas uma ligação entre um código e outro código ou uma citação e outra citação. A ligação fraca não têm propriedades individuais, são ligações entre citações e códigos entre códigos e memorandos, entre uma família e sua membros.

ser renomeadas de acordo com a necessidade dos conceitos que estão sendo analisados. Portanto, quando são feitas ligações entre categoria, citações ou memos, essa ligação ocorre entre dois “nós” e os *links* têm uma nomenclatura para indicar essa relação. Nesta análise, foram utilizadas as seguintes nomenclaturas para as ligações: Associada (assoc), complementa (compl), continuado por (cont), contradiz (CO), critica (crit), discute (disc), expande (expan), explica (expl), justifica (just) e suporta (supp). Algumas nomenclaturas padrão da ferramentas foram mantidas e novas foram criadas.

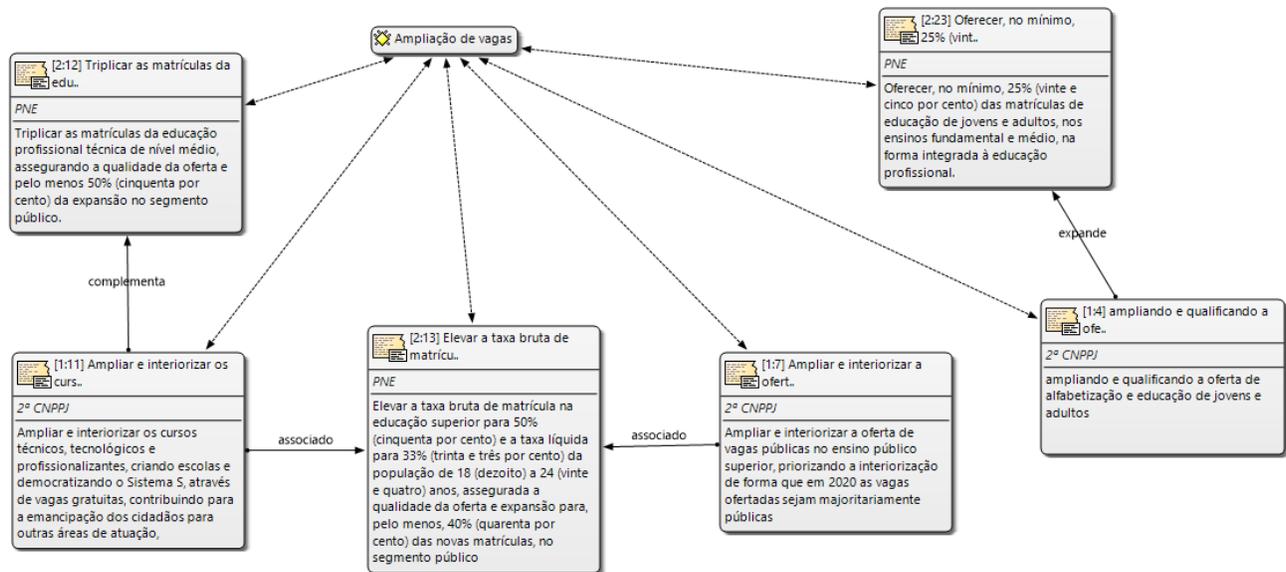
Cabe ressaltar que o software possui regras e os textos definidos como *Primary Documents* (PD) estão classificados da seguinte forma: P1 é referente às propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e P2 às metas do PNE (Plano Nacional de Educação). Nas figuras referentes às redes semânticas, essa codificação dos PD aparecem da seguinte forma, 2:12 onde o número 2 indica que é o PD2 e o número 12 indica a sequência que a citação foi selecionada. O Anexo E traz a lista de todas as citações por código.

Para elaboração dessa análise foram feitas decomposições nos textos a partir das citações que foram agrupadas em categorias que podem ser definidas também, como unidades de sentido. (QUEIROZ et al, p. 248, 2012). Foram definidos sete categorias: ampliação de vagas, diversidade, gestão de investimento, qualidade, sistemas educacionais inclusivos, universalização e valorização profissional. Primeiramente, foram selecionadas partes do texto das metas do PNE que se enquadravam dentro dessas sete categorias e o mesmo foi feito para o texto contendo as propostas da 2ª CNPPJ. Posteriormente, foi criada uma rede semântica para cada uma dessas categorias, analisando a relação entre elas e verificando suas relações.

A elaboração de todas as redes semântica contidas nesta pesquisa refere-se a análise dos documentos metas do PNE e propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas.

3.3.1 Ampliação de Vagas

Figura 4 – Rede Semântica – Ampliação de Vagas



Elaboração da autora

A figura 4 sintetiza os elementos que compõem a rede semântica em relação à categoria “Ampliação de Vagas”. Observa-se que é possível destacar nesse tema muita coisa em comum entre os dois documentos.

É possível destacar que uma das propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude complementa a meta do PNE no que tange a questão de ampliação de vagas conforme é mostrado a seguir:

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. (2:12 - PNE)

Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, através de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras áreas de atuação [...] (1:11 – 2ª CNPPJ)

Conforme é possível verificar, as metas do PNE são mais abrangentes e são metas a serem cumpridas e por isso tem indicadores que devem ser alcançados, Além disso, visam assegurar a ampliação de matrículas para o segmento da população que

trabalha é composto por jovens e adultos. Segundo o documento do Ministério da Educação sobre as metas do PNE:

A educação profissional, no entanto, é historicamente demarcada pela divisão social do trabalho, que na prática sempre justificou a existência de duas redes de ensino médio, uma de educação geral, destinada a um pequeno grupo privilegiado, e outra profissional, para os trabalhadores (2014).

Há outros pontos indicativos em relação à associação de contextos no que diz respeito às propostas da 2ª CNPPJ e às metas do PNE. Quando é indicada a associação, entende-se que as mesmas estão ligadas a esse contexto conforme descrito a seguir:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (2:13 - PNE)

Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, através de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras áreas de atuação [...] (1:11 – 2ª CNPPJ)

Ampliar e interiorizar a oferta de vagas públicas no ensino público superior, priorizando a interiorização de forma que em 2020 as vagas ofertadas sejam majoritariamente públicas [...] (1:7 – 2ª CNPPJ)

Um dos indicadores das metas do PNE é o censo de educação feito pelo INEP que engloba tanto a educação básica quanto a superior e as metas do PNE expandidas pelas demanda da 2ª CNPPJ:

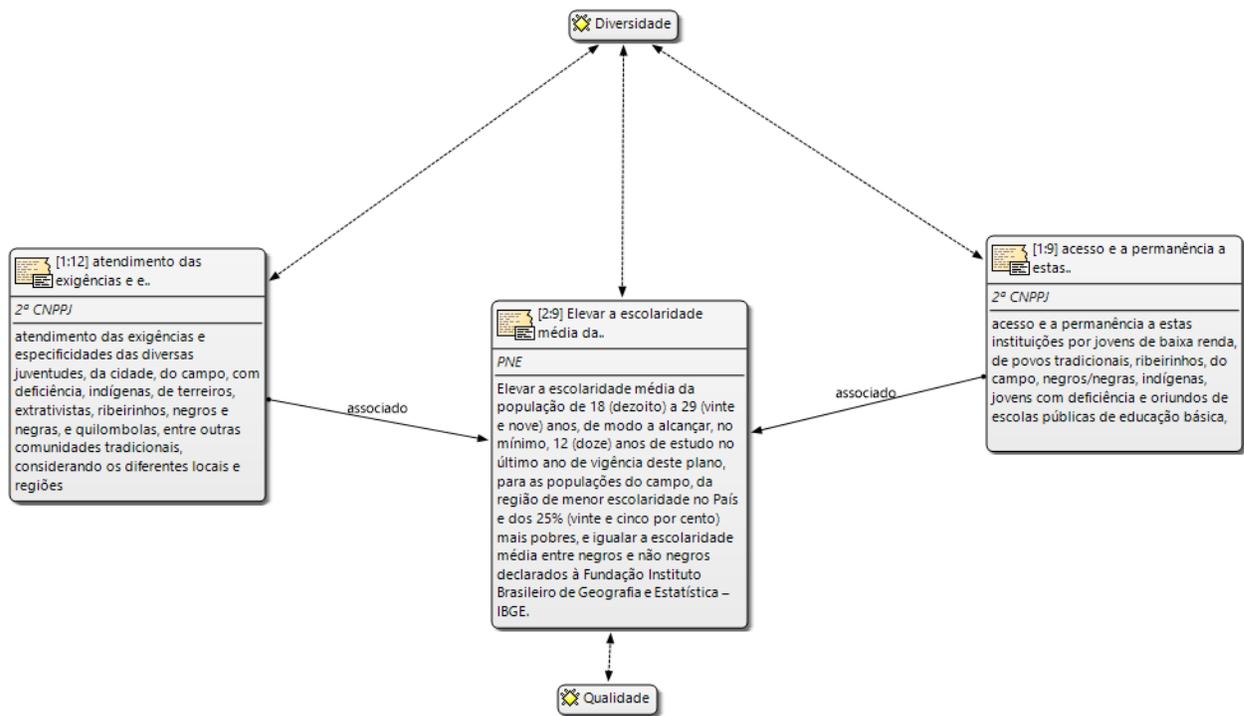
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (2:23 – PNE)

A expansão desta meta pela 2ª CNPPJ é referente a ampliação, com qualidade, da alfabetização e educação de jovens e adultos conforme é explicitado a seguir:

[...]ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos [...] (1:4 – 2ª CNPPJ).

3.3.2 Diversidade

Figura 5 – Rede Semântica – Diversidade



Elaboração da autora

A juventude e sua diversidade podem ser definidas conforme defende Pais, destacando a questão da diversidade social:

A juventude pode ser tomada tanto como uma unidade (quando referida a uma fase da vida), a ser tomada no sentido de conjunto social obviamente diversificado. Isto é, no primeiro caso, estamos em presença de um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, principalmente definidas em termos etários; no segundo caso, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes (p. 151, 1990).

Esta definição de Pais mostra a juventude não somente como um segmento de determinada faixa etária, mas também, como a diversidade é importante e deve ser considerada nas ações do governo. É possível observar ações do Ministério da Educação em relação a questão da inclusão social tal como o documento de Diretrizes

Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão. Conforme cita o documento “é inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos”.

Portanto, a categoria referente a “Diversidade” buscou verificar as ligações entre o que as metas do PNE trouxeram em relação à diversidade juntamente com a 2ª CNPPJ. A seguir é destacado o trecho da meta do PNE que trouxe a indicação de diversidade.

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2:9 – PNE)

Além disso, essa meta também está associada à categoria “Qualidade” conforme mostra a Figura 5, ou seja, está relacionada tanto à diversidade como também, à qualidade.

As propostas da 2ª CNPPJ trouxeram questões associadas às metas do PNE, pois é possível observar elementos no texto que seriam impulsionadores para que as metas do PNE pudessem ser atingidas como mais qualidades. Esses elementos podem ser verificados nos trechos a seguir:

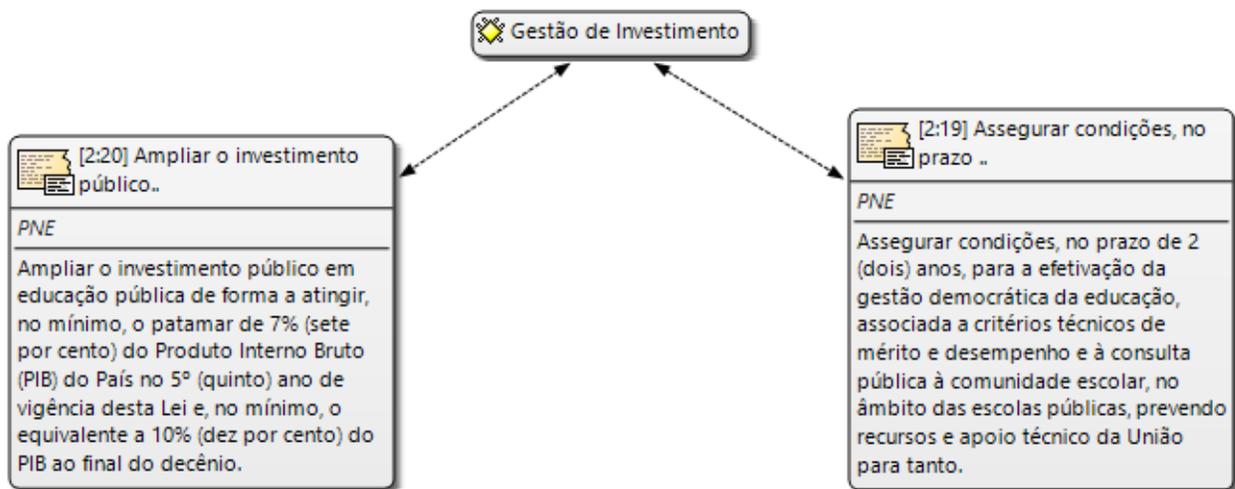
[...] atendimento das exigências e especificidades das diversas juventudes, da cidade, do campo, com deficiência, indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros e negras, e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, considerando os diferentes locais e regiões [...] (1:12 – 2ª CNPPJ).

[...] acesso e a permanência a estas instituições por jovens de baixa renda, de povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, negros/negras, indígenas, jovens com deficiência e oriundos de escolas públicas de educação básica [...] (1:9 – 2ª CNPPJ)

Cabe ressaltar que dentre as 20 metas do PNE, somente em um delas é citada a questão da diversidade. Já nas propostas da 2ª CNPPJ esse tema aparece em mais de uma proposta. Com isso, observa-se que há ações do governo para tratar esse tema, mas ainda de forma tímida.

3.3.3 Gestão do Investimento

Figura 6 – Rede Semântica – Gestão do Investimento



Elaboração da autora

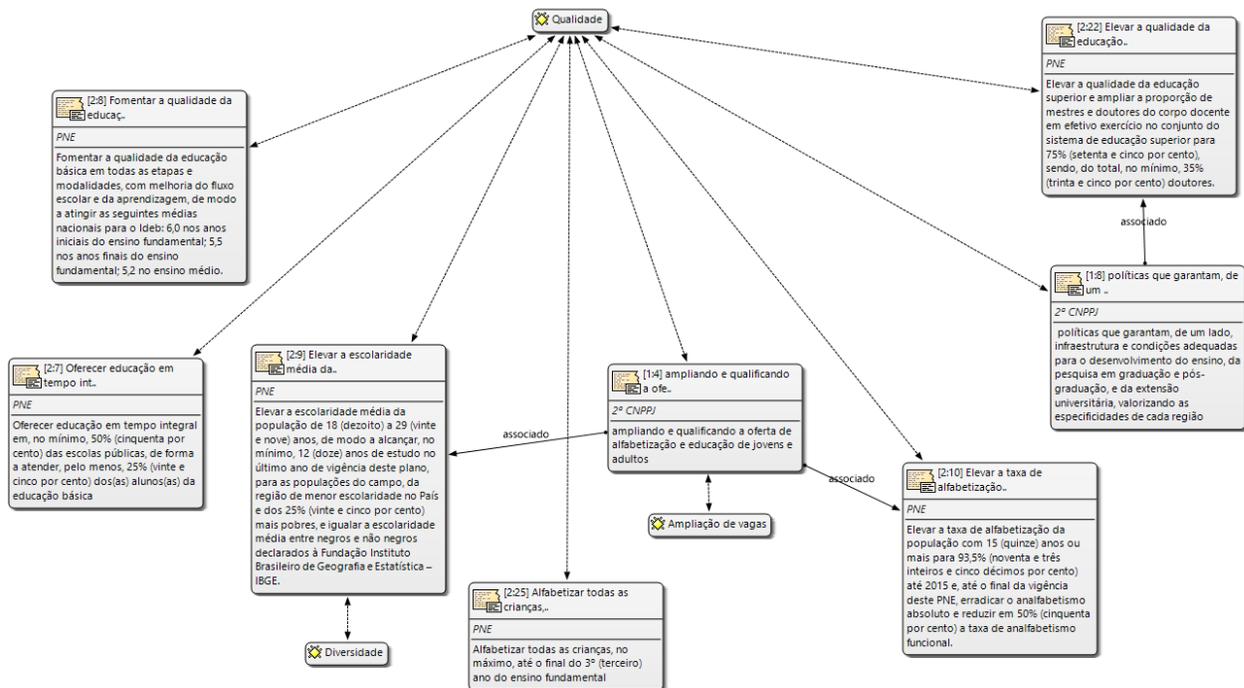
A categoria “Gestão de Investimento” consolidou as unidades referentes às metas do PNE e das propostas da 2ª CNPPJ em relação a ações de investimentos em educação que deveriam ser consideradas. Nesta categoria, somente duas unidades de registro das metas do PNE foram consideradas. Cabe ressaltar que durante a 2ª CNPPJ houve um texto apartado das propostas chamado “Para desenvolver o Brasil” que considerou as propostas recorrentes e com aspecto mais amplo das políticas públicas.

Uma das propostas contida nesse texto estava alinhando com a meta do PNE de ampliação do investimento em relação ao PIB. Conforme podemos verificar no trecho abaixo:

Garantir 10% do PIB – até o ano de 2014 – como investimento mínimo para a Educação no Brasil, distribuindo o valor per capita de acordo com as necessidades e realidades de cada região.

3.3.4 Qualidade

Figura 7 – Rede Semântica – Qualidade



Elaboração da autora

O tema qualidade permeia muitas metas do PNE como é possível observar na Figura 7. Considerando este aspecto foi criada a categoria “Qualidade” para analisar o quão o tema qualidade está relacionado nas metas e propostas.

Observa-se um total de seis metas do PNE que contém a qualidade como tema e isso se justifica pela criação do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que teve sua criação pelo INEP a partir de vários indicadores contemplados no Censo Escolar, SAEB e Prova Brasil para que o governo pudesse acompanhar a evolução escolar e estabelecer padrões de qualidade²⁴. Portanto, a qualidade definida no PNE está relacionada à indicadores gerados pelo sistemas de avaliação do governo.

²⁴ Informação extraída do documento “Planejando a Próxima Década – Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.

Em relação às propostas da 2ª CNPPJ, observa-se que a definição de qualidade não está relacionada especificamente a indicadores e sim, a uma forma mais ampla de gerar qualidade do ensino aonde elementos como infraestrutura e condições adequadas fazem parte do contexto de qualidade como podemos observar nos trechos a seguir:

[...] políticas que garantam, de um lado, infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa em graduação e pós-graduação, e da extensão universitária, valorizando as especificidades de cada região. (1:8 – 2ª CNPPJ)

[...] ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos. (1:4 – 2ª CNPPJ)

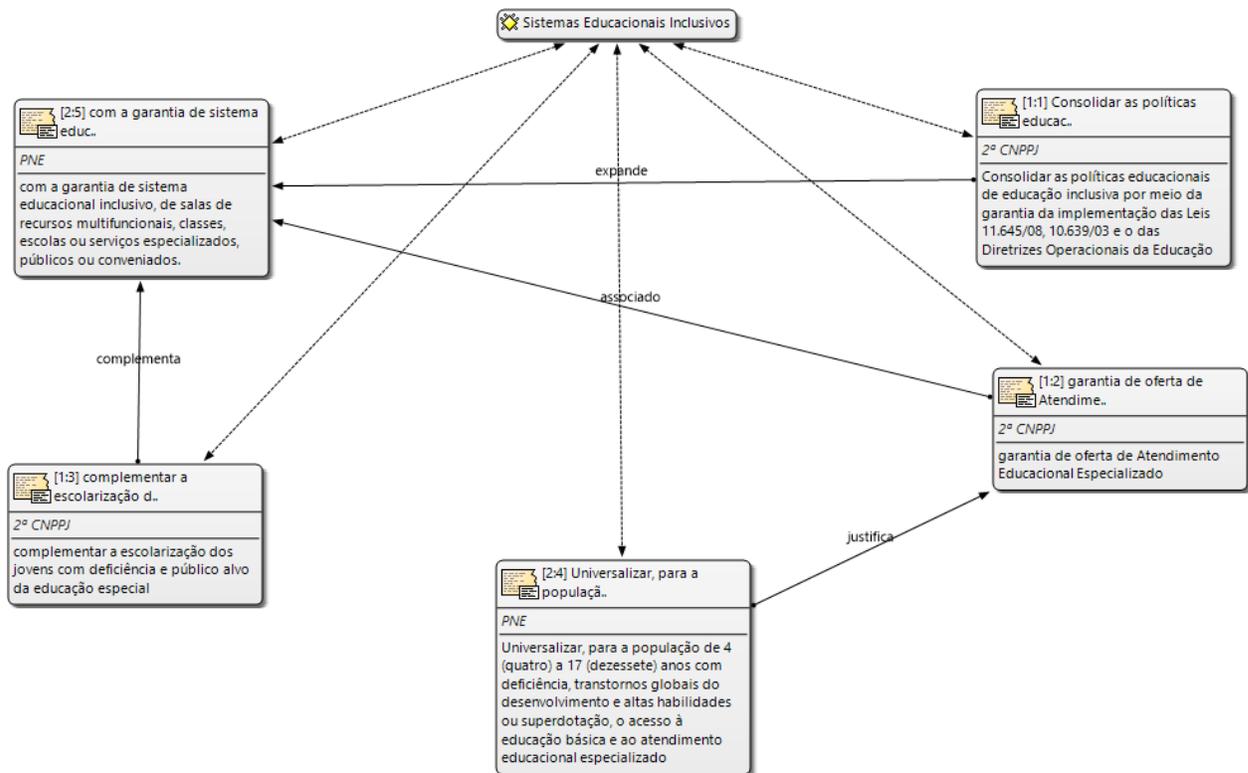
No contexto do relacionamento dessas unidades, as propostas da 2ª CNPPJ estão associadas às metas do PNE. Conforme citado anteriormente, a definição de qualidade em ambos os textos não se aproxima visto que no PNE é pautada em indicadores, mas existem elementos que se associam como é possível observar na meta do PNE a seguir:

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.(2:22 – PNE)

Conforme é possível observar no trecho 1:2 da 2ª CNPPJ, ações do governo calcadas em oferecer ambientes com infraestrutura e condições adequadas no ensino superior estão associadas a meta de elevar a qualidade, pois são ações que corroboram com o aumento do índice de qualidade.

3.3.5 Sistemas Educacionais Inclusivos

Figura 8 – Rede Semântica – Sistemas Educacionais Inclusivos



Elaboração da autora

A categoria “Sistemas Educacionais Inclusivos” foi definido nesta análise para agrupar qualquer unidade referente ao tema inclusão. Na Figura 8 é possível observar que a maior parte das unidades é proveniente das propostas da 2ª CNPPJ. O tema referente à inclusão teve grande peso nas demandas de juventude.

A questão da inclusão traz muitos desafios, pois engloba uma série de elementos que precisam ser tratados para que a educação inclusiva tenha sucesso. Conforme Oliveira e Leite

O êxito da educação inclusiva dependerá, em grande medida, da oferta de uma rede de apoio à escola, através do trabalho de orientação, assessoria e acompanhamento do processo de inclusão (p. 514, 2007).

Nas metas do PNE, o tema aparece de maneira mais abrangente com o foco em acesso e permanência para a população com algum tipo de deficiência, através da meta de universalização segundo o trecho:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (2:4 – PNE)

Observa-se na Figura 8 que esse trecho destacado do PNE justifica outro trecho da 2ª CNPPJ, pois o mesmo pleiteia a garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado, pois para alcançar a meta de 100% de frequência da população com deficiência é necessário que o governo tenha ações que garantam uma oferta especializada.

Outro ponto que está relacionado entre os textos é o termo garantia que tanto aparece nas metas do PNE quanto nas propostas da CNPPJ conforme destacado a seguir.

[...] garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (2:5 – PNE)

[...] garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado [...] (1:2 – 2ª CNPPJ)

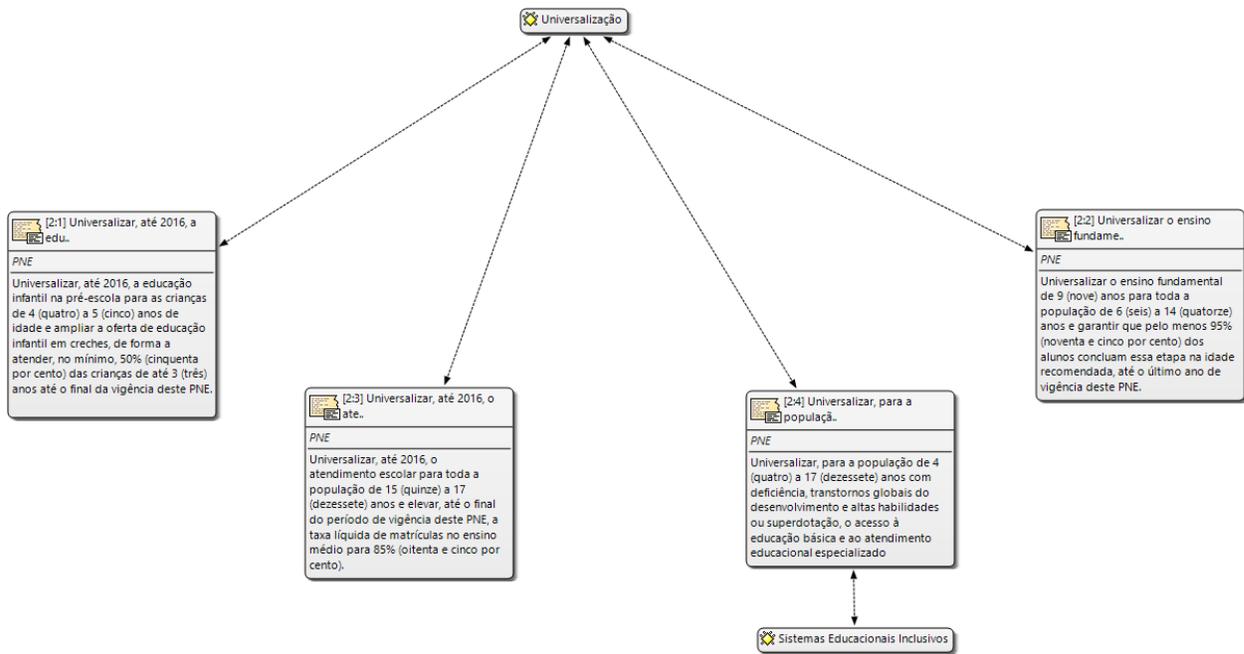
Essas duas unidades se justificam, sendo que uma está escrita de forma mais abrangente enquanto a outra está mais específica, ou seja, a meta do PNE está alinhada com a demanda da 2ª CNPPJ.

Cabe ressaltar ainda que, conforme a Figura 8, a demanda da 2ª CNPPJ descrita a seguir, expande a demanda 2:5 citada acima, ou seja, a lei expande e ratifica a necessidade de sistemas educacionais inclusivos.

Consolidar as políticas educacionais de educação inclusiva por meio da garantia da implementação das Leis 11.645/08, 10.639/03 e o das Diretrizes Operacionais da Educação (1:1 – 2ª CNPPJ).

3.3.6 Universalização

Figura 9 – Rede Semântica – Universalização



Elaboração da autora

Pode-se definir a universalização do ensino como a garantia do direito à educação básica, tutelada pela Constituição de 1988 através do artigo 211 que se traduz na obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos. Universalizar, neste contexto, significa assegurar 100% frequência da população de 4 a 17 anos nas séries adequadas de cada idade.

As metas do PNE relacionadas à universalização podem ser consideradas como metas de grande espectro, pois a universalização traz embutidas várias questões tais como qualidade, oferta de vagas dentre outros elementos que garantam o acesso e a frequência da população.

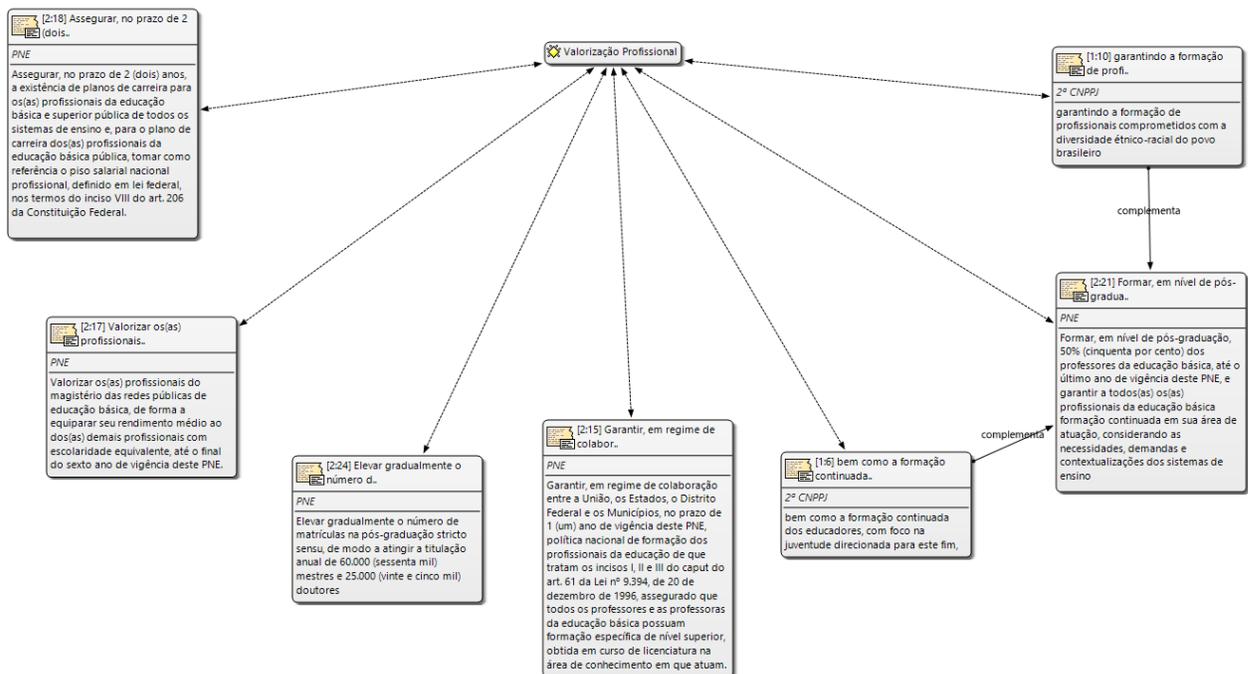
Dentre a estratégia adotada para a análise da relação dos documentos do PNE e as propostas da 2ª CNPPJ, observa-se que não houve unidades referentes às propostas da conferência dentre as citações destacadas de universalização. As unidades das propostas não continham demandas diretamente ligadas à categoria universalização especificamente, mas estas propostas se relacionam de maneira mais

conceitual. Uma vez que havia a ausência direta de relação entre os textos, foram mostrados somente as unidades das metas do PNE que correspondiam a universalização.

As metas de universalização abrange a educação infantil, o ensino fundamental, a faixa etária de 15 a 17 anos e a população com deficiência sendo que essa unidade também se relaciona com a categoria “Sistemas Educacionais Inclusivos”.

3.3.7 Valorização Profissional

Figura 10 – Rede Semântica – Valorização Profissional



Elaboração da autora

A valorização profissional está ligada diretamente à qualidade do ensino, as taxas de escolarização e ao desenvolvimento sócio econômico do país. Dados do INEP indicam que professores com formação adequada se sentem mais valorizados, contribuindo assim para uma educação de maior qualidade²⁵.

²⁵ Conforme documento do Ministério da Educação – Planejando a Próxima Década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.

Observa-se, ligadas a categoria de “Valorização Profissional cinco unidades que foram destacadas das metas do PNE. Tais metas, estão focadas na valorização do profissional, considerando elementos como rendimentos e formação para qualificação profissional. Já nas propostas da 2ª CNPPJ foram contabilizadas duas unidades e, conforme a Figura 10, essas demandas da juventude pleiteiam a formação do profissional de educação direcionada para a diversidade do público jovem segundo as unidades a seguir:

[...] bem como a formação continuada dos educadores, com foco na juventude direcionada para este fim. (1:6 – 2ª CNPPJ)

[...] garantindo a formação de profissionais comprometidos com a diversidade étnico-racial do povo brasileiro. (1:10 – 2ª CNPPJ)

Essas unidades destacadas da 2ª CNPPJ, quando verificados os “nós”, ou seja a relação entre as citações, as mesmas complementam uma das metas do PNE conforme indicado:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (2:21 – PNE).

Observa-se que as características para a formação de professores contidas nas metas do PNE são mais abrangentes, enquanto que nas propostas da 2ª CNPPJ aparece de forma mais específica como é o caso da diversidade étnico-racial e, portanto, o *link* proposto foi a complementação, ou seja, as propostas da 2ª CNPPJ complementam a meta mais abrangente do PNE.

3.3.8 *Word Cruncher*: Recorrências das Palavras - Metas do PNE e Propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

O objetivo desta análise é a contagem de palavras contidas tanto nas metas do PNE quanto nas propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude para verificar a recorrências das palavras nos documentos e também, analisar quais palavras são comuns em ambos os documentos.

Foi utilizado o recurso *word cruncher* do *software* Atlas TI 7.0 para gerar um conteúdo quantitativo simples das palavras dos textos selecionados, apresentando uma lista com a contagem das frequências conforme mostrado na Tabela 15.

Alguns critérios foram selecionados para a elaboração da tabela. Foram selecionadas as 50 palavras mais recorrentes dos textos. Artigos, preposições e números por extenso também foram excluídos. Vale ressaltar que o texto com as metas do PNE é mais extenso do que o texto com as propostas da 2ª CNPPJ e, conseqüentemente, haverá o número maior de palavras repetidas.

Observa-se na Tabela 15 que a palavra mais recorrente em ambos os textos é “educação” e isso não poderia ser diferente, uma vez que é o tema tratado por ambos os documentos. Esse mesmo raciocínio se repete para as palavras “ensino/ensinos”.

A palavra “deficiência” é recorrente nas propostas da 2ª CNPPJ e isso ratifica o que foi mencionado na categoria “Sistemas Educacionais Inclusivos” quando a maior quantidade de citações selecionadas advinha das propostas da 2ª CNPPJ.

Outro ponto de destaque é a palavra “qualidade” que não aparece em nenhum momento nas propostas da 2ª CNPPJ, mas é recorrente nas metas do PNE tal qual a palavra “universalização”. Isso reforça a análise feita a partir da Figura 8 – Rede Semântica – Sistemas Educacionais Inclusivos e Figura 9 – Rede Semântica – Universalização.

Em relação a palavra “jovem” a mesma só aparece uma vez nas metas do PNE enquanto é recorrente nas proposta da 2ª CNPPJ uma vez que os jovens participantes pleiteiam políticas e ações do governo direcionadas para esse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar um estudo sobre as aproximações e distanciamentos entre as demandas de educação geradas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as metas estabelecidas pelo governo no Plano Nacional de Educação com o objetivo de contribuir com reflexões acerca do tema de políticas públicas para juventude e educação.

Essa análise foi motivada pelo destaque que o tema juventude ganhou na agenda governamental, a partir dos anos 2000 com ações já voltadas para esse público e que, posteriormente, contou com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), durante o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Outro ponto motivador para a realização deste estudo foi o tema educação ter o maior destaque durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Isso foi ratificado a partir de uma pesquisa aplicada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude onde a educação foi eleita como o tema prioritário a ser discutido na 2ª Conferência.

Inicialmente, a pesquisa analisou o perfil do jovens participantes daquele espaço de diálogo, a 2ª CNPPJ, com base na análise qualitativa dos dados. Os resultados indicaram um perfil onde a maioria era delegado na faixa etária de 18 a 29 anos da região centro-oeste. O nível de escolaridade desses delegados é ensino médio completo ou superior incompleto, com 19,30% e 19,10% respectivamente. Isso indica um perfil diferenciado desses participantes. Observou-se também, que a maioria dos delegados participa de algum conselho de juventude municipal, estadual ou nacional, ou movimento estudantil ou partido político, ou seja, isso indica perfil de jovens engajados.

Em contrapartida, foi feita a análise do perfil do jovem brasileiro com base nos dados da PNAD 2014 onde 17% dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos frequenta o

ensino médio e 11% frequenta o ensino superior. Comparando esses dados de escolaridade dos perfis, observa-se que o jovem participante tem um grau de escolaridade maior do que o jovem brasileiro o que indica que a participação tem a ver com a escolarização.

A análise feita a partir dos documentos utilizando o *software* Atlas TI 7.0 permitiu que fosse verificada a relação destes documentos e, conseqüentemente, inferir se as demandas geradas na conferência estão alinhadas ou sendo acolhidas pelas ações do governo.

Analisando gênero na base de dados da PNAD 2014, verificou-se que 51% dos jovens da população brasileira se declaram pardos, seguidos de 39% que se declaram negros e 9% que se declaram brancos. Na conferência 25,1% dos participantes se declaram brancos e esse mesmo percentual foi válido para os que se declaram pardos. Já os negros totalizaram 16,2%. Há de se destacar que o percentual dos que se declaram negros na conferência é maior do que os que se declaram jovens negros brasileiros. Isso indica uma forte participação dos negros na conferência, o que inclusive pode ser ratificado na demanda por uma educação qualificada para a diversidade étnico-racial.

Com base na análise do questionário aplicado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro foi verificado que a qualidade da educação é a principal questão e o problema mais grave no Brasil indicado pelos jovens participantes da conferência. Foi observado em uma das análises que a palavra “qualidade” não apareceu em nenhuma das propostas aprovadas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Em contrapartida, nas metas do PNE essa palavra é recorrente, mas há de se considerar que a qualidade em educação nas demandas de juventude podem aparecer não, necessariamente, com a palavra educação, mas como qualificação da oferta de vagas ou como condições adequadas para o desenvolvimento.

Pode-se verificar que as demandas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude estão alinhadas, em sua maior parte com as metas do PNE. Na maioria das vezes, foram mais específicas e voltadas para o segmento da juventude. Foi possível perceber que uma das metas do PNE tratou sobre a diversidade que,

segundo Novaes, se trata de um dos desafios das políticas públicas que é combinar projetos e ações que assegurem igualdade de direitos da cidadania; valorização da diversidade juvenil por meio de ações afirmativas e respostas às demandas que dizem respeito à atual condição juvenil (2007).

Quando analisadas as categorias elaboradas, foi obtida uma melhor visibilidade da relação das propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as metas do PNE. A análise permitiu verificar o grau de aderência entre os documentos e também, as suas particularidades.

Na questão de ampliação de vagas, todas as demandas relacionadas a esse tema estavam alinhadas, em termos de sentido, com as metas. O que diferenciou foram pontos específicos do segmento de juventude que complementavam às metas do PNE. O mesmo ocorreu para a questão da diversidade, pois as demandas estavam bem alinhadas com as metas.

Do ponto de vista da qualidade, as propostas da conferência estavam pouco aderentes em relação às metas, pois conforme ressaltado anteriormente, a palavra qualidade não apareceu em nenhuma das propostas da 2ª CNPPJ referente à educação, mas somente alguns pontos que estavam associados às metas, mas não alinhados diretamente.

No que tange à gestão de investimento para educação, somente nas metas do PNE foi possível identificar pontos relacionados ao investimento tal como, a ampliação do investimento em educação atingir, no mínimo, 7% do produto interno bruto. Em relação à conferência, esse mesmo tema apareceu em um documento apartado às propostas onde foi pleiteado um investimento de 10% do PIB na educação dentre outras considerações.

Nos sistemas educacionais inclusivos, as propostas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foram muito direcionadas para esse tema, principalmente para o ensino fundamental e médio. Observou-se que metas do PNE contemplaram elementos de infraestrutura e acesso à escola, enquanto às propostas da conferência estavam direcionadas para a consolidação de políticas educacionais

inclusivas e atendimento educacional especializado. Quando foram analisadas as aproximações destes documentos, foi observado que as propostas da 2ª CNPPJ e as metas do PNE se relacionavam, mas não somente de forma complementar ou associada, mas também de forma expansiva, a partir da consolidação das políticas educacionais.

A universalização foi um tema encontrado somente nas metas do PNE, pois é mais abrangente e tutelado por lei que garante acesso e permanência da escola de 100% da população na faixa etária de 4 a 17 anos o que contempla inclusive pessoas portadoras de deficiência. As metas do PNE referente a universalização são metas que permitem um desdobramento, pois são muito abrangentes. Foi constatado que as propostas da 2ª CNPPJ não se relacionam diretamente com essa meta, pois as especificidades do segmento de juventude trazidas pelas propostas não serão comportadas pelos pontos que foram destacados das metas do PNE.

Foi verificado que a valorização profissional é um tema tratado de forma recorrente nas metas do PNE, pois há várias diretrizes do plano para melhor qualificar e valorizar o profissional sendo muitas dessas diretrizes já foram discutidas no FUNDEB. Constatou-se que a valorização profissional está diretamente relacionada à qualidade da educação e, portanto, para que seja possível atingir as demais metas, seria necessário investir no profissional de educação. Nas propostas da conferência não houve muita recorrência para esse tema, mas cabe destacar o pleito de uma formação étnico-racial que contempla a diversidade.

Por fim, com base nesta análise foi possível perceber mais aproximações do que distanciamentos entre as metas do PNE e as demandas que foram geradas na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e isso, indica certo grau de alinhamento entre as demandas e ações do governos referente ao tema educação. Foi possível verificar metas isoladas e específicas para cada um dos documentos, pois traziam pontos específicos das necessidade e contexto de cada um. Outra questão importante é sobre o perfil dos participantes da conferência em termos de participação. São jovens engajados: 90% participa ou participou de algum tipo de movimento social, tal como

conselhos, movimentos estudantis ou como representante de partido político, entre outros.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; LIMA, Fabio; PINHEIRO, Leonardo; CASTRO, Mary; RODRIGUEZ, Ernesto. **Políticas Públicas DE/PARA/COM Juventudes**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2004. v. 1. 304 p.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary. Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, 2002. v. 19, p. 143-176.

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista; Carlos Eduardo Pimentel. **Uma Aproximação Semântica aos Conceitos de Urbano, Rural e Cooperativa. Psicologia Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago. Brasília, 2004. Vol. 20 n. 2 p. 175-182

AGRESTI, Alan. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. 4ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco de políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Introdução.

AVILA DE MATOS, Eloiza Ap. Silva. **O Programa “Aliança para o Progresso”: O Discurso Civilizador na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná – Brasil**. XI Simpósio Internacional Processo Civilizador. Buenos Aires. 2008.

AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander. (orgs.). **A inovação democrática no Brasil : o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Texto para discussão 1739, IPEA, Brasília, 2012. v. 1, p. 7-24. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

ARZABE, P.H.M. (2001). Conselhos de Direitos e Formulação de Políticas Públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2001.

BANDEIRA-DE-MELLO, R.; CUNHA, C. J. C. A. **Operacionalizando o método da Grounded Theory nas pesquisas em estratégia: técnicas e procedimentos de análise com o apoio do software ATLAS/TI**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA (3Es). 1, 2003, Curitiba. Anais...Curitiba: ANPAD, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARBOSA, Andreza. O Movimento Estudantil Brasileiro: do início da década de 1990 a 2001. In: Groppo, Luiz Antônio; Filho, Michel Zaidan; Machado, Luiz Otávio. **Movimentos Juvenis na Contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008, p. 53-65.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 296 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Programa Escola de Fábrica**. Brasília, 2005a.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2005b.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens**. Brasília, 2004a.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático**. Brasília, 2004b.

_____. Ministério da Educação. **Programa Universidade Para Todos**. Brasília, 2004c.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica : diversidade e inclusão**. Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília : Conselho Nacional de Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 480 p.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009**. Brasília, 2005c.

CAPELLA, Ana Claudia. Perspectiva teórica sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, nº 61, p. 25-52, 1º semestre de 2006.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando Mitos: juventude, participação e políticas**. Brasília: RITLA, 2009.

CLAUDINEI, CJG. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para análises de dados qualitativos no campo da saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, 2004. set/out, 57. 611-4.

CLEMENTINO, Josbertini. **As políticas de juventude na agenda pública brasileira: desafios e perspectivas**. Fortaleza: [s.n]. 2009. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches**. California: Sage Publications. 2007.

CUNHA, Eleonora Schettini M. **Conferências de Políticas Públicas e inclusão participativa**. Texto para discussão 1733, IPEA, Brasília, 2012, v. 1, p. 7-36. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

FRANCO, Maria Laura Pugliesi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2012.

Franco MLPB. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: PUC, 1986

FRIESE, Susanne. **Qualitative data analysis with Atlas TI**. Los Angeles: Sage Publications Ltd, 2014

GENTILI, Pablo. Três teses sob a relação trabalho, educação em tempos neoliberais. In: Lombardi, José Claudinei; Saviani, Demerval e Sanfelice, José Luís (orgs). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research**. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

HOLSTI, O.R. **Content analysis for the social sciences and humanities**. Nova York: Addison-Wesley, 1969.

MANNHEIM, Karl. **Funções das gerações novas**. In: FORACCHI, Marialice; PEREIRA, Luís. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura**. Rio de Janeiro. Vozes, 2005. 294 p.

MENDONÇA, Marcelo Pires. **Conferências nacionais: uma invenção que deu certo. Participação em foco, 2014**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conferencias/1159-conferencias-nacionais-uma-invencao-brasileira-que-deu-certo>>. Acesso em: 04 de maio 2014.

MOSCOVICI, S. **On social representations**. In: FORGAS, Joseph. **Social Cognition**. Nova York: Academic Press, 1981.

MOREIRA, Danilo. 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e as entrelinhas de um processo participativo. In: **Revista Princípios**, São Paulo, n. 96, p. 61-66, 2008.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – características, uso e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V1, nº 3, 2º Sem. 1996.

NOVAES, Regina. As juventudes e a luta por direitos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2014. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1285>>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Entre juventudes, governo e sociedade (e nada será como antes...) In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

NOVAES, Regina; RIBEIRO, Eliane (Orgs.) **Livro das Juventudes Sul-Americanas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2010. 159 p.

_____, Regina. **Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, 2007.

PAIVA, Andrea et al. Jovens: Morbimortalidade, Fatores de Risco e Políticas de Saúde. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 129-147.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude - alguns contributos**. Análise Social, Vol. 25, No. 105-106, pp. 139-165.

PEREIRA, Luisa Barbosa. Apatia da Juventude? Discordo! In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2011.

PEREIRA, Luisa Barbosa; MESSINA, Vanessa. Sobre Participação: processos e demandas. In: ANDRADE, Eliane; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventude em Perspectiva: múltiplos enfoques**. Rio de Janeiro: UNIRIO/PROExC, 2014.

PESTANA, Maria Helena. GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS**. LISBOA: EDIÇÕES SÍLABO, 2014.

QUEIROZ, Tania Lucia de Araújo. **O uso de mídias por professores egressos do programa de formação continuada “mídias na educação”**. Pernambuco. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível:

<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/13037/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28Final%29%20-%20TANIA%20LUCIA%20DESBLOQUEADA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

Queiroz, G.R.P.C. ; Silva, A.M.B.T. da ; REZENDE, Flávia ; Machado, M.A.D. ; Nascimento, S. S. do ; OSTERMANN, F. ; Pinheiro, N. C. ; Duarte, M.S. ; SCHWARTZ, L. B. ; Comissanha, R. ; Val, E.N.M.M. do ; Souza, J. **Ensino de Ciências de qualidade na perspectiva dos professores de nível médio: construindo uma comunidade de pesquisadores**. RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 9, p. 231-258, 2012.

RIBEIRO, Eliane; SOUZA, Luiz Carlos. Notas sobre perfil, participação política e percepções dos delegados da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude – 2011. In: ANDRADE, Eliane; PINHEIRO, Diógenes; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventude em Perspectiva: múltiplos enfoques**. Rio de Janeiro: UNIRIO/PROExC, 2014.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. v.2. Brasília: CNPD, 1998b, p. 731-752.

_____. As políticas públicas no Brasil: Conceitos básicos e achados empíricos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo: 15. 1998.

SABATIER, Paul. The Need for Better Theories. In: SABATIER, Paul. **Theories of the Policy Process - Theoretical Lenses on Public Policy**. Colorado: Westview, 2007. p. 3-20

SANTOS, Boaventura de Souza . **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortes, 2008.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar**. Cadernos Cedes. Campinas. Set/Dez. 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade, ANDRADE, Carla Coelho . A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Introdução.

SOFIATI, Flávio M. (2008) **A juventude no Brasil: história e organização**. Passages de Paris (APEB-Fr), v. 2008, p. 1-14. Disponível em: < <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20>

[Sofiati.pdf](#)>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p 16-39, set/dez.2003.

UNIRIO/SNJ - **Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas Para a Juventude (CNPPJ)**. Elaboração: Luiz Carlos de Souza. Rio de Janeiro, 2012.

VAZ, Alexander C. **Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições Participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 10. Brasília, jan - abr de 2013, pp. 63-106

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2008, Brasília. **Resoluções**. Brasília: Secretaria Nacional e Juventude, 2008.

2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, 2011, Brasília. **Resoluções**. Brasília: Secretaria Nacional e Juventude, 2011.

ANEXO A

Tabelas Complementares da Análise Qualitativa

Tabela 1
Quantitativo de Jovens por Faixa Etária de 15 a 29 anos

Quantitativo de Jovens Faixa Etária de 15 a 29 anos

Idade	Frequency	Percentual Válido
15	6366	1,8
16	6339	1,7
17	6316	1,7
18	6458	1,8
19	6094	1,7
20	6076	1,7
21	5616	1,5
22	5888	1,6
23	5438	1,5
24	5510	1,5
25	5771	1,6
26	5588	1,5
27	5684	1,6
28	5839	1,6
29	5670	1,6
Total	88653	24,4

Fonte: PNAD 2014. Tabulação da autora

Tabela 5
Tipo de Participação

Tipo de participação	Delegado	Não delegado	Observador	Convidado	Não respondida/resposta inválida	Total
Participante de conselho de juventude municipal, estadual e nacional	10,40%	0,10%	1,10%	0,50%	0,70%	12,70%
Anuladas	8,90%	0,20%	0,70%	0,50%	0,80%	11,10%
Participante do movimento estudantil	7,90%	0,20%	3,60%	0,60%	0,40%	12,80%
Representante de partido político	7,80%	0%	1,50%	0,40%	0,70%	10,30%
Gestor de políticas públicas voltadas para a juventude	7,40%	0,10%	0,40%	0,30%	0,50%	8,80%
Outro	6,10%	0,10%	0,90%	1,20%	0,70%	8,90%
Participante de grupo rural	3,60%	0,20%	0,20%	0%	0,20%	4,20%
Representante de grupos ou pastorais religiosas	2,90%	0,20%	0,20%	0,10%	0,20%	3,60%
Associada a sindicatos	2,60%	0%	0,20%	0,20%	0,30%	3,30%
Representante de grupos indígenas	2,10%	0%	0%	0,20%	0,10%	2,30%
Representante de grupos quilombolas e comunidades tradicionais	1,70%	0,10%	0,10%	0,20%	0,20%	2,20%
Não respondidas	1,70%	0%	0,60%	0,20%	3,60%	6,00%
Participante da área da cultura, comunicação e informática	1,50%	0,20%	0,40%	0,30%	0%	2,50%
Participante de associação de moradores/comunitárias	1,50%	0,10%	0,20%	0%	0%	1,70%
Participante de pastorais católicas	1,40%	0%	0,20%	0%	0,20%	1,80%
Participante de grupo/redes ambientalistas	1,20%	0%	0%	0%	0,20%	1,40%
Participante do movimento negro	1,10%	0%	0%	0,30%	0,20%	1,70%
Jovem do PROJOVEM	0,80%	0%	0,10%	0%	0,10%	1,00%
Participante de grupos evangélicos	0,70%	0%	0,20%	0%	0%	1,00%
Participante grupo de feministas ou de mulheres jovens	0,70%	0%	0%	0,20%	0,10%	1,00%
Representante de entidades do movimento LGBT	0,50%	0%	0%	0,10%	0,10%	0,70%
Representantes de povos de terreiros	0,20%	0%	0%	0,10%	0%	0,30%
Participante de grupos hip-hop	0,20%	0%	0%	0%	0,30%	0,60%
Total	73,00%	1,60%	10,50%	5,50%	9,40%	100,00%

Fonte: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tabulação da autora

Tabela 11
Quantidade de Participação e Movimentos Sociais

Qtde de Movimentos	Frequência	Percentual
0	90	7,40%
1	236	19,50%
2	292	24,20%
3	223	18,40%
4	166	13,70%
5	90	7,40%
6	65	5,40%
7	19	1,60%
8	8	0,70%
20	20	1,70%
Total	1209	100%

Fonte: Pesquisa de perfil e opinião dos jovens participantes – UNIRIO - 2012. Tabulação da autora

ANEXO B
Tabela Complementar da Análise Qualitativa

Tabelas 15
Contagem das Palavras dos Textos

Palavras	P 1 - Demandas 2ª CNPPJ	P 2 - PNE	Total Count
educação	9	21	30
meta	0	20	20
ensino/ensinos	6	10	15
básica	1	9	10
vigência	0	9	9
ano/anos	0	21	7
mínimo	0	7	7
PNE	0	7	7
profissionais	1	6	7
superior	2	5	7
campo	5	1	6
elevar	0	6	6
final	0	6	6
forma	1	5	6
fundamental	1	5	6
médio	1	5	6
oferta	3	3	6
população	0	6	6
públicas	3	3	6
ampliar	2	3	5
deficiência	4	1	5
escolas/escola	2	4	5
formação	2	3	5
jovens	4	1	5
matrículas	0	5	5
público	2	3	5
taxa	0	5	5
atendimento	2	2	4
escolaridade	0	4	4
graduação	2	2	4
menos	0	4	4
negros	2	2	4
políticas	4	0	4
profissional	1	3	4
pública	0	4	4
qualidade	0	4	4
sistema	2	2	4
todos	1	3	4
universalizar	0	4	4
alfabetização	2	1	3
atingir	0	3	3
continuada	2	1	3
crianças	0	3	3
doutores	0	3	3
educacional/educacionais	2	3	3
escolar	0	3	3
federal	0	3	3
garantia	2	1	3

Fonte: Propostas 2ª CNPPJ e Metas do PNE. Tabulação da autora

ANEXO C
Propostas de Educação Eleitas na 2ª CNPPJ

Tabela 13

Propostas de Educação Eleitas na 2ª CNPPJ

Ensino Fundamental e Médio
<p>Consolidar as políticas educacionais de educação inclusiva por meio da garantia da implementação das Leis 11.645/08, 10.639/03 e o das Diretrizes Operacionais da Educação no/do campo em todos os estados e municípios bem como a garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar a escolarização dos jovens com deficiência e público alvo da educação especial, ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, inclusive nas instituições de privação de liberdade, articulando os programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, como o PROJOVEM e o PROEJA, com metodologias, propostas pedagógicas e materiais didáticos e literários adequados, bem como a formação continuada dos educadores, com foco na juventude direcionada para este fim.</p>
Educação Superior
<p>Ampliar e interiorizar a oferta de vagas públicas no ensino público superior, priorizando a interiorização de forma que em 2020 as vagas ofertadas sejam majoritariamente públicas, incluindo políticas de ações afirmativas estabelecendo-se regulamentação para o ensino privado e políticas que garantam, de um lado, infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa em graduação e pós-graduação, e da extensão universitária, valorizando as especificidades de cada região, e de outro lado, acesso e a permanência a estas instituições por jovens de baixa renda, de povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, negros/negras, indígenas, jovens com deficiência e oriundos de escolas públicas de educação básica, garantindo a formação de profissionais comprometidos com a diversidade étnico-racial do povo brasileiro</p>
Ensino Técnico e Profissionalizante
<p>Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando</p>

escolas e democratizando o Sistema S, através de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras áreas de atuação, com o atendimento das exigências e especificidades das diversas juventudes, da cidade, do campo, com deficiência, indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros e negras, e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, considerando os diferentes locais e regiões, criando instrumentos e estratégias para que as políticas no âmbito da educação profissional sejam parte integrante do sistema nacional articulado de educação e desenvolvidas na perspectiva da educação inicial e continuada, articulada aos níveis de modalidades de ensino, garantindo mecanismos de participação popular nos conselhos gestores, tais como: movimento estudantil, centrais sindicais, trabalhadores do campo e demais movimentos sociais, com a ampliação e aprimoramento do controle social, respeitando a cidade, o campo e as pessoas com deficiência.

ANEXO D

Tabela 14

Metas do Plano Nacional de Educação

Meta 1
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
Meta 2
Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
Meta 3
Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
Meta 4
Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
Meta 5
Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
Meta 6
Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento)

dos(as) alunos(as) da educação básica
Meta 7
Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.
Meta 8
Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Meta 9
Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
Meta 10
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
Meta 11
Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
Meta 12
Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento

público.
Meta 13
Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
Meta 14
Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
Meta 15
Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
Meta 16
Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
Meta 17
Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
Meta 18
Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para

os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ANEXO E

Questionário Aplicado na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA			2ª Conferência Nacional de Juventude Conselho Nacional de Juventude e Política			UNIRIO			
QUESTIONÁRIO II CONFERÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE									
PARTE I - IDENTIFICAÇÃO									
01 - Sexo:		02 - Idade:		03 - Cor/raça:					
1 <input type="checkbox"/> Masculino		<input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/>		1 <input type="checkbox"/> Branco		2 <input type="checkbox"/> Pardo		3 <input type="checkbox"/> Preto	
2 <input type="checkbox"/> Feminino				4 <input type="checkbox"/> Amarelo		5 <input type="checkbox"/> Indígena		6 <input type="checkbox"/> Outro. Qual?	
				<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>					
04 - Cidade onde você mora:						Estado:			
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>						<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>			
05 - Qual o seu estado civil?				06 - Qual a sua orientação sexual:					
1 <input type="checkbox"/> Solteiro		2 <input type="checkbox"/> Casado/mora junto		3 <input type="checkbox"/> Divorciado/separado		1 <input type="checkbox"/> Heterossexual		2 <input type="checkbox"/> Homossexual	
4 <input type="checkbox"/> Viúvo		5 <input type="checkbox"/> Outro. Qual?				3 <input type="checkbox"/> Transsexual		4 <input type="checkbox"/> Outra. Qual?	
		<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>						<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>	
07 - Você tem filhos?			08 - Qual a sua religião:						
1 <input type="checkbox"/> Sim			1 <input type="checkbox"/> Católico		2 <input type="checkbox"/> Evangélico. Qual denominação?				
Quantos? <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/>					<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>				
2 <input type="checkbox"/> Não			3 <input type="checkbox"/> Espírita		4 <input type="checkbox"/> Umbanda				
			5 <input type="checkbox"/> Outro. Qual?		6 <input type="checkbox"/> Tenho fé, mas não tenho religião				
			<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>						
09 - Classe econômica (auto declarada). Você se considera:			10 - Qual o seu grau de Escolaridade?						
1 <input type="checkbox"/> Rico			1 <input type="checkbox"/> Nunca estudou		2 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto ou cursando				
2 <input type="checkbox"/> Classe média alta			3 <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo		4 <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto ou cursando				
3 <input type="checkbox"/> Classe média			5 <input type="checkbox"/> Ensino médio completo		6 <input type="checkbox"/> Superior incompleto ou cursando				
4 <input type="checkbox"/> Classe média baixa			7 <input type="checkbox"/> Superior completo		8 <input type="checkbox"/> Pós-graduação - latu-sensu - completa ou cursando				
5 <input type="checkbox"/> Pobre			9 <input type="checkbox"/> Mestrado - completo ou cursando		10 <input type="checkbox"/> Doutorado - completo ou cursando				
11 - Qual a sua situação quanto ao trabalho e ao estudo?			12A - Se você trabalha:			12B - Se não trabalha:			
1 <input type="checkbox"/> Estuda e trabalha			Em que trabalha?			Está procurando trabalho? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
2 <input type="checkbox"/> Só trabalha			<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>			Há quanto tempo?			
3 <input type="checkbox"/> Só estuda						<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>			
4 <input type="checkbox"/> Não trabalha/não estuda									
13 - Você recebe algum tipo de bolsa?					14 - Quanto você ganha por mês (de bolsa ou remuneração pelo seu trabalho)?				
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					1 <input type="checkbox"/> De 100 a 560 reais				
Se sim, qual:					2 <input type="checkbox"/> De 560 a 1200 reais				
1 <input type="checkbox"/> Programa Governamental (ProJovem, Prouni, Qualificação Profissional, etc...)					3 <input type="checkbox"/> De 1300 a 3000 reais				
2 <input type="checkbox"/> Iniciação Científica, Mestrado, doutorado					4 <input type="checkbox"/> Mais do que 3000 reais				
3 <input type="checkbox"/> Outra? Qual?									
<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>									

15 - Você tem algum tipo de deficiência?	16 - Quem se responsabiliza pela manutenção de sua casa?
<input type="checkbox"/> Sim Qual? 1 <input type="checkbox"/> Física 2 <input type="checkbox"/> Sensorial	1 <input type="checkbox"/> Seus pais ou outros adultos 2 <input type="checkbox"/> Seus pais, você e seus irmãos
<input type="checkbox"/> Não 3 <input type="checkbox"/> Mental 4 <input type="checkbox"/> Múltipla	3 <input type="checkbox"/> Só você 4 <input type="checkbox"/> Você e seus/suas colegas
	5 <input type="checkbox"/> Você e sua/seu companheira/o 6 <input type="checkbox"/> Só o/a companheiro/a

PARTE II - CONEXÕES E PARTICIPAÇÃO

17 - Você usa a internet?	18 - Se você usa, onde acessa?
1 <input type="checkbox"/> Sim	1 <input type="checkbox"/> Em casa 2 <input type="checkbox"/> Na escola 3 <input type="checkbox"/> No trabalho
2 <input type="checkbox"/> Não	4 <input type="checkbox"/> Lanhouse 5 <input type="checkbox"/> Telecentro 6 <input type="checkbox"/> Em outros equipamentos públicos
19 - Se você usa internet, o que tem sido mais importante para você no último ano (cite até três 3 alternativas)?	
1 <input type="checkbox"/> Fazer pesquisa de estudo/ trabalho em sites de busca	2 <input type="checkbox"/> Baixar musicas, youtube ou outros portais de video
4 <input type="checkbox"/> Conhecer pessoas(orkut, Facebook e outros sites de relacionamento)	5 <input type="checkbox"/> Manter contatos de trabalho
7 <input type="checkbox"/> Convocar para atividades de causas sociais, políticas e ambientais	8 <input type="checkbox"/> Buscar material pornô/erótico
10 <input type="checkbox"/> Usar bibliotecas online (CAPES, SCIELO)	11 <input type="checkbox"/> Ter acesso a jogos/games
13 <input type="checkbox"/> Fazer pagamentos	14 <input type="checkbox"/> Outros Qual?
	<input type="text"/>
20 - Quais os tipos de organização, redes, fóruns dos quais você participa ou já participou e não participa mais?	
Partido político	1 <input type="checkbox"/> Participa. Qual? <input type="text"/>
	2 <input type="checkbox"/> Participou. Qual? <input type="text"/>
Movimento estudantil	Grêmio Escolar 1 <input type="checkbox"/> Participa. Secundarista 1 <input type="checkbox"/> Participa. Universitário 1 <input type="checkbox"/> Participa.
	2 <input type="checkbox"/> Participou. 2 <input type="checkbox"/> Participou. 2 <input type="checkbox"/> Participou.
Sindicato ou associações de bairro/comunidade	5 <input type="checkbox"/> Participa. Qual? <input type="text"/>
	6 <input type="checkbox"/> Participou. Qual? <input type="text"/>
Grupo de ação social ligado a sua religião	9 <input type="checkbox"/> Participa. Qual? <input type="text"/>
	10 <input type="checkbox"/> Participou. Qual? <input type="text"/>
Grupos ou organizações ligadas ao cuidado com o meio ambiente	11 <input type="checkbox"/> Participa. Qual? <input type="text"/>
	12 <input type="checkbox"/> Participou. Qual? <input type="text"/>
Grupos/coletivos ligados a ONGs e projetos sociais	15 <input type="checkbox"/> Participa. Qual? <input type="text"/>
	16 <input type="checkbox"/> Participou. Qual? <input type="text"/>
	20 <input type="checkbox"/> Não participo de nenhum grupo ou organização
21 - Você já ocupou algum cargo na gestão pública ligado à juventude ou em conselhos de juventude?	
	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não

PARTE III - SOCIEDADE BRASILEIRA

22 - Assinale os três problemas mais graves do Brasil:		
1 <input type="checkbox"/> Fome	2 <input type="checkbox"/> Qualidade de educação	3 <input type="checkbox"/> Exploração sexual de crianças e adolescentes
4 <input type="checkbox"/> Racismo	5 <input type="checkbox"/> Qualidade da saúde	6 <input type="checkbox"/> Sistema de classes sociais
7 <input type="checkbox"/> Violência	8 <input type="checkbox"/> Violência contra mulher	9 <input type="checkbox"/> Destruição do meio ambiente
10 <input type="checkbox"/> Pobreza	11 <input type="checkbox"/> Falta de emprego decente	12 <input type="checkbox"/> Falta de opções culturais
13 <input type="checkbox"/> Corrupção	14 <input type="checkbox"/> Exclusão digital	15 <input type="checkbox"/> Desigualdades sociais
16 <input type="checkbox"/> Narcotráfico	17 <input type="checkbox"/> Falta de opções esportivas	18 <input type="checkbox"/> Discriminação de deficientes
19 <input type="checkbox"/> Desemprego	20 <input type="checkbox"/> Imperialismo	21 <input type="checkbox"/> Falta de opções de lazer
22 <input type="checkbox"/> Outros qual?	<input type="text"/>	

23 - Do seu ponto de vista qual a principal questão para a juventude brasileira nos dias de hoje?		
1 <input type="checkbox"/> Fome	2 <input type="checkbox"/> Qualidade de educação	3 <input type="checkbox"/> Exploração sexual de crianças e adolescentes
4 <input type="checkbox"/> Racismo	5 <input type="checkbox"/> Qualidade da saúde	6 <input type="checkbox"/> Sistema de classes sociais
7 <input type="checkbox"/> Violência	8 <input type="checkbox"/> Violência contra mulher	9 <input type="checkbox"/> Destruição do meio ambiente
10 <input type="checkbox"/> Pobreza	11 <input type="checkbox"/> Falta de emprego decente	12 <input type="checkbox"/> Falta de opções culturais
13 <input type="checkbox"/> Corrupção	14 <input type="checkbox"/> Exclusão digital	15 <input type="checkbox"/> Desigualdades sociais
16 <input type="checkbox"/> Narcotráfico	17 <input type="checkbox"/> Falta de opções esportivas	18 <input type="checkbox"/> Discriminação de deficientes
19 <input type="checkbox"/> Desemprego	20 <input type="checkbox"/> Imperialismo	21 <input type="checkbox"/> Falta de opções de lazer
22 <input type="checkbox"/> Outros. Quais? <input type="text"/>		
24 - Marque as três instituições/entidades que você mais confia:		
1 <input type="checkbox"/> Família	2 <input type="checkbox"/> Movimentos sociais	3 <input type="checkbox"/> Organizações/movimentos juvenis
4 <input type="checkbox"/> ONG/OSCIP	5 <input type="checkbox"/> Escola/universidade	6 <input type="checkbox"/> Meios de comunicação
7 <input type="checkbox"/> Justiça	8 <input type="checkbox"/> Partidos políticos	9 <input type="checkbox"/> Polícias
10 <input type="checkbox"/> Governos	11 <input type="checkbox"/> Igrejas	12 <input type="checkbox"/> Câmaras de vereadores, assembleias legislativas/congresso e senado
13 <input type="checkbox"/> Militares	14 <input type="checkbox"/> Sindicatos	
25 - No que se refere a políticas de cotas por raça (estudantes negros e indígenas) nas universidades você é:		
1 <input type="checkbox"/> Completamente a favor	2 <input type="checkbox"/> A favor	3 <input type="checkbox"/> Indiferente
4 <input type="checkbox"/> Contra	5 <input type="checkbox"/> Totalmente contra	
26 - No que se refere à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, você é:		
1 <input type="checkbox"/> Completamente a favor	2 <input type="checkbox"/> A favor	3 <input type="checkbox"/> Indiferente
4 <input type="checkbox"/> Contra	5 <input type="checkbox"/> Totalmente contra	
27 - No que se refere à legalização do aborto, você é:		
1 <input type="checkbox"/> Completamente a favor	2 <input type="checkbox"/> A favor	3 <input type="checkbox"/> Indiferente
4 <input type="checkbox"/> Contra	5 <input type="checkbox"/> Totalmente contra	
28 - No que se refere à descriminalização do uso da maconha, você é:		
1 <input type="checkbox"/> Completamente a favor	2 <input type="checkbox"/> A favor	3 <input type="checkbox"/> Indiferente
4 <input type="checkbox"/> Contra	5 <input type="checkbox"/> Totalmente contra	
29 - No que se refere à diminuição da idade penal para 16 anos, você é:		
1 <input type="checkbox"/> Completamente a favor	2 <input type="checkbox"/> A favor	3 <input type="checkbox"/> Indiferente
4 <input type="checkbox"/> Contra	5 <input type="checkbox"/> Totalmente contra	
PARTE IV - SOBRE DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE		
30 - O lema da II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude é "Conquistar Direitos, desenvolver o Brasil". Para você, qual o tema mais interessante do debate nessa conferência? <input type="text"/>		
31 - Entre os Programas do Governo Federal listados abaixo qual você acha mais importante para os jovens do país?		
1 <input type="checkbox"/> ProEja	2 <input type="checkbox"/> Pontos de Cultura	3 <input type="checkbox"/> ProUNI
4 <input type="checkbox"/> ProJovem Campo	5 <input type="checkbox"/> Programa Segundo Tempo	6 <input type="checkbox"/> ProJovem Adolescente
7 <input type="checkbox"/> Pro Jovem Urbano	8 <input type="checkbox"/> ProJovem Trabalhador	9 <input type="checkbox"/> ProNaf Jovem
10 <input type="checkbox"/> Outro. Qual? <input type="text"/>		
32 - Para garantir desenvolvimento integral, qualidade de vida e uma vida segura, a juventude brasileira precisa efetivar seus direitos. Na sua opinião quais os três tipos de direitos que são os mais urgentes e deveriam ser considerados prioritários pelas políticas públicas de juventude?		
1 <input type="checkbox"/> Direito à educação	2 <input type="checkbox"/> Direito à participação	3 <input type="checkbox"/> Direito ao trabalho
4 <input type="checkbox"/> Direito ao transporte público gratuito	5 <input type="checkbox"/> Direito à segurança	6 <input type="checkbox"/> Direito à saúde
7 <input type="checkbox"/> Direito à comunicação	8 <input type="checkbox"/> Direitos sexuais e reprodutivos	9 <input type="checkbox"/> Direito ao esporte e lazer
10 <input type="checkbox"/> Direitos ambientais	11 <input type="checkbox"/> Direito à cultura	12 <input type="checkbox"/> Outro. Qual?
<input type="text"/>		

33 – Na juventude brasileira há diferentes grupos que vivem graves situações de vulnerabilidade e de violações de direitos. Frente a esta realidade, sugira UM grupo cuja efetivação dos direitos deveria merecer destaque entre as prioridades desta II Conferência:

1 Jovens do meio rural 2 Jovens com deficiência 3 Jovens indígenas

4 Jovens quilombolas e ribeirinhos 5 Jovens afrodescendentes 6 Jovens mulheres

7 Jovens LGBT 8 Jovens moradores de favelas e periferias 9 Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

10 Jovens no sistema prisional 11 Jovens usuários de crack e/ou de outras drogas consideradas ilícitas 12 Outro. Qual?

Texto

PARTE V - SOBRE A CONFERÊNCIA

34 - Você participou da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude em 2008?

1 Sim 2 Não

35 - Qual o seu tipo de participação nesta II Conferência?

1 Delegado 2 Não delegado

3 Observador 4 Convidado

36 - Qual o seu tipo de participação nesta II Conferência?

1 Representante de partido político 2 Participante de grupo rural 3 Participante do movimento estudantil 4 Participante do movimento negro

5 Participante de grupo/redes ambientalistas 6 Participante de pastorais católicas 7 Participante de grupos evangélicos 8 Representantes de povos de terreiros

9 Representante de grupos ou pastorais religiosas 10 Participante de grupos hip-hop 11 Associada a sindicatos 12 Participante da área da cultura, comunicação e informática

13 Participante de associação de moradores/comunitárias 14 Participante de conselho de juventude municipal, estadual e nacional 15 Participante grupo de feministas ou de mulheres jovens 16 Representante de grupos indígenas

17 Representante de entidades do movimento LGBT 18 Representante de grupos quilombolas e comunidades tradicionais 19 Gestor de políticas públicas voltadas para a juventude 20 Jovem do PROJOVEM

21 Outro. Qual?

37 - Marque abaixo de quais etapas do processo de organização da II Conferência você participou e dê sua opinião sobre cada uma delas:

	Excelente	Boa	Regular	Ruim	Péssima
1 <input type="checkbox"/> Conferência Municipal	<input type="checkbox"/>				
2 <input type="checkbox"/> Conferência territorial	<input type="checkbox"/>				
3 <input type="checkbox"/> Conferência livre	<input type="checkbox"/>				
4 <input type="checkbox"/> Conferência virtual	<input type="checkbox"/>				
5 <input type="checkbox"/> Conferência Estadual	<input type="checkbox"/>				
6 <input type="checkbox"/> Conferência das Comunidades Tradicionais	<input type="checkbox"/>				

38 - De maneira geral, o que poderia melhorar no processo de preparação da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude?

1 Convocação/divulgação 4 Debate realizado nos grupos de trabalho (GTs)

2 Processo de escolha/eleição de delegados 5 Outra Qual?

3 Metodologia para eleição das propostas prioritárias

Deixe aqui sua mensagem, proposta ou idéia:

.....

.....

.....

.....

.....

ANEXO F

Lista das Citações por Código Extraída do Atlas TI 7.0

Codes-quotations list

Code-Filter: All

HU: Dissertacao Atlas V Windows

File: [C:\Users\VANESSA\Desktop\Nova pasta\Dissertacao Atlas TI V Windows.hpr7

Edited by: Vanessa

Date/Time: 2016-02-16 17:53:09

Code: Ampliação de vagas {6-0}

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:4 [ampliando e qualificando a ofe..] (5:5) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas] [Qualidade]

No memos

ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:7 [Ampliar e interiorizar a ofert..] (11:11) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas]

No memos

Ampliar e interiorizar a oferta de vagas públicas no ensino público superior, priorizando a interiorização de forma que em 2020 as vagas ofertadas sejam majoritariamente públicas

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:11 [Ampliar e interiorizar cursos ..] (17:17) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas] [Educação Técnico Profissional]

No memos

Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, através de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras áreas de atuação,

P 2: Metas PNE.docx - 2:12 [Triplicar matrículas educação ..] (65:65) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas]

No memos

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

P 2: Metas PNE.docx - 2:13 [Elevar taxa bruta de matrícula..] (71:71) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas] [Educação Vanessaior]

No memos

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público

P 2: Metas PNE.docx - 2:23 [Oferecer, no mínimo, 25% (vint..)] (59:59) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas]

No memos

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Code: Diversidade {3-0}

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:9 [acesso e a permanência a estas..] (11:11) (Vanessa)

Codes: [Diversidade]

No memos

acesso e a permanência a estas instituições por jovens de baixa renda, de povos tradicionais, ribeirinhos, do campo, negros/negras, indígenas, jovens com deficiência e oriundos de escolas públicas de educação básica,

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:12 [atendimento das exigências e e..] (17:17) (Vanessa)

Codes: [Diversidade]

No memos

atendimento das exigências e especificidades das diversas juventudes, da cidade, do campo, com deficiência, indígenas, de terreiros, extrativistas, ribeirinhos, negros e negras, e quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, considerando os diferentes locais e regiões

P 2: Metas PNE.docx - 2:9 [Elevar a escolaridade média da..] (47:47) (Vanessa)

Codes: [Diversidade] [Qualidade]

No memos

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Code: Educação de Jovens e Adultos {1-0}

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:5 [articulando os programas de al..] (5:5) (Vanessa)

Codes: [Educação de Jovens e Adultos]

No memos

articulando os programas de alfabetização com as diferentes ofertas de EJA, como o PROJOVEM e o PROEJA

Code: Educação Superior {1-0}

P 2: Metas PNE.docx - 2:13 [Elevar taxa bruta de matrícula..] (71:71) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas] [Educação Superior]

No memos

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público

Code: Educação Técnico Profissional {1-0}

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:11 [Ampliar e interiorizar cursos ..] (17:17) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas] [Educação Técnico Profissional]

No memos

Ampliar e interiorizar os cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, criando escolas e democratizando o Sistema S, através de vagas gratuitas, contribuindo para a emancipação dos cidadãos para outras áreas de atuação,

Code: Ensino Médio e Fundamental {0-0}

Code: Gestão de Investimento {2-0}**P 2: Metas PNE.docx - 2:19 [Assegurar condições, no prazo ..] (115:115)
(Vanessa)**

Codes: [Gestão de Investimento]

No memos

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

**P 2: Metas PNE.docx - 2:20 [Ampliar o investimento público..] (121:121)
(Vanessa)**

Codes: [Gestão de Investimento]

No memos

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Code: Participação {1-0}**P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:13 [criando instrumentos e estraté..]
(17:17) (Vanessa)**

Codes: [Participação]

No memos

criando instrumentos e estratégias para que as políticas no âmbito da educação profissional sejam parte integrante do sistema nacional articulado de educação e desenvolvidas na perspectiva da educação inicial e continuada, articulada aos níveis de modalidades de ensino, garantindo mecanismos de participação popular nos conselhos gestores, tais como: movimento estudantil, centrais sindicais, trabalhadores do campo e demais movimentos sociais, com a ampliação e aprimoramento do controle social, respeitando a cidade, o campo e as pessoas com deficiência.

Code: Qualidade {8-0}

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:4 [ampliando e qualificando a ofe..] (5:5) (Vanessa)

Codes: [Ampliação de vagas] [Qualidade]

No memos

ampliando e qualificando a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:8 [políticas que garantam, de um ..] (11:11) (Vanessa)

Codes: [Qualidade]

No memos

políticas que garantam, de um lado, infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa em graduação e pós-graduação, e da extensão universitária, valorizando as especificidades de cada região

P 2: Metas PNE.docx - 2:7 [Oferecer educação em tempo int..] (35:35) (Vanessa)

Codes: [Qualidade]

No memos

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica

P 2: Metas PNE.docx - 2:8 [Fomentar a qualidade da educaç..] (41:41) (Vanessa)

Codes: [Qualidade]

No memos

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

P 2: Metas PNE.docx - 2:9 [Elevar a escolaridade média da..] (47:47) (Vanessa)

Codes: [Diversidade] [Qualidade]

No memos

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

P 2: Metas PNE.docx - 2:10 [Elevar a taxa de alfabetização..] (53:53) (Vanessa)

Codes: [Qualidade]

No memos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

P 2: Metas PNE.docx - 2:22 [Elevar a qualidade da educação..] (77:77) (Vanessa)

Codes: [Qualidade]

No memos

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

P 2: Metas PNE.docx - 2:25 [Alfabetizar todas as crianças,..] (29:29) (Vanessa)

Codes: [Qualidade]

No memos

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental

Code: Sistemas Educacionais Inclusivos {5-0}

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:1 [Consolidar as políticas educac..] (5:5) (Vanessa)

Codes: [Sistemas Educacionais Inclusivos]

No memos

Consolidar as políticas educacionais de educação inclusiva por meio da garantia da implementação das Leis 11.645/08, 10.639/03 e o das Diretrizes Operacionais da Educação

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:2 [garantia de oferta de Atendime..] (5:5) (Vanessa)

Codes: [Sistemas Educacionais Inclusivos]

No memos

garantia de oferta de Atendimento Educacional Especializado

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:3 [complementar a escolarização d..] (5:5) (Vanessa)

Codes: [Sistemas Educacionais Inclusivos]

No memos

complementar a escolarização dos jovens com deficiência e público alvo da educação especial

P 2: Metas PNE.docx - 2:5 [com a garantia de sistema educ..] (23:23) (Vanessa)

Codes: [Sistemas Educacionais Inclusivos]

No memos

com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

P 2: Metas PNE.docx - 2:4 [Universalizar, para a populaçã..] (23:23) (Vanessa)

Codes: [Sistemas Educacionais Inclusivos] [Universalização]

No memos

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado

Code: Universalização {4-0}

P 2: Metas PNE.docx - 2:1 [Universalizar, até 2016, a edu..] (5:5) (Super)

Codes: [Universalização]

No memos

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

P 2: Metas PNE.docx - 2:2 [Universalizar o ensino fundame..] (11:11) (Vanessa)

Codes: [Universalização]

No memos

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

P 2: Metas PNE.docx - 2:3 [Universalizar, até 2016, o ate..] (17:17) (Vanessa)

Codes: [Universalização]

No memos

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

P 2: Metas PNE.docx - 2:4 [Universalizar, para a populaçã..] (23:23) (Vanessa)

Codes: [Sistemas Educacionais Inclusivos] [Universalização]

No memos

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado

Code: Valorização Profissional {7-0}**P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:6 [bem como a formação continuada..] (5:5) (Vanessa)**

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

bem como a formação continuada dos educadores, com foco na juventude direcionada para este fim,

P 1: Demandas Educação 2ª CNPPJ.doc - 1:10 [garantindo a formação de profi..] (11:11) (Vanessa)

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

garantindo a formação de profissionais comprometidos com a diversidade étnico-racial do povo brasileiro

P 2: Metas PNE.docx - 2:15 [Garantir, em regime de colabor..] (90:90) (Vanessa)

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

P 2: Metas PNE.docx - 2:17 [Valorizar os(as) profissionais..] (102:102) (Vanessa)

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

P 2: Metas PNE.docx - 2:18 [Assegurar, no prazo de 2 (dois..)] (108:109) (Vanessa)

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

P 2: Metas PNE.docx - 2:21 [Formar, em nível de pós-gradua..] (96:96) (Vanessa)

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino

P 2: Metas PNE.docx - 2:24 [Elevar gradualmente o número d..] (84:84) (Vanessa)

Codes: [Valorização Profissional]

No memos

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores
